



ACADEMIA MILITAR

POLICIAMENTO E PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE EM BAIROS PROBLEMÁTICOS

Autor: Aspirante de GNR Infantaria Tiago André Sineiro Felizardo

Orientador: Capitão de GNR Cavalaria José Manuel Brito Sousa

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, agosto 2012



ACADEMIA MILITAR

POLICIAMENTO E PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE EM BAIRROS PROBLEMÁTICOS

Autor: Aspirante de GNR Infantaria Tiago André Sineiro Felizardo

Orientador: Capitão de GNR Cavalaria José Manuel Brito Sousa

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, agosto 2012

Dedicatória

À minha família e amigos.

Agradecimentos

A realização deste Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA) teria sido impossível sem a ajuda e contributo de determinadas pessoas que, tanto de forma direta como indireta, participaram e ajudaram na concretização deste trabalho.

Em primeiro lugar agradeço ao meu orientador, Capitão José Manuel Brito Sousa pela disponibilidade, ajuda e pelas orientações dadas para a realização deste trabalho.

Gostaria também, de agradecer a todos os oficiais que foram por mim contactados pela sua contribuição e disponibilidade, quer para a realização das entrevistas, quer para o esclarecimento de dúvidas após a realização das mesmas.

Nesse sentido, endereço as maiores palavras de gratidão ao Capitão Amaral, Comandante do Destacamento Territorial de Almada, ao Capitão Ferreira, Comandante do Destacamento Territorial de Gaia, ao Capitão Rocha, Comandante do Destacamento Territorial de Felgueiras, ao Capitão Oliveira, Comandante do Destacamento Territorial de Coruche e ao Tenente Martins, Comandante do Destacamento Territorial de Setúbal, por todas as entrevistas realizadas.

Não posso também deixar de enaltecer o contributo do Tenente Massa pela sua disponibilidade para a realização da entrevista e por toda a informação concedida que se demonstrou crucial na definição do caminho a percorrer, assim como ao Capitão Salgueiro pelo apoio prestado e pelos esclarecimentos prestados na entrevista.

À minha família pelo apoio incondicional que me prestou durante todo este tempo de formação.

Aos meus amigos pela boa disposição e pela força dada e transmitida.

E por fim, ao XVII curso de oficiais da GNR que sempre unido e com a boa disposição necessária soube ultrapassar todos os obstáculos.

A todos vós o meu muito obrigado!

Resumo

Os bairros problemáticos são realidades que se constituem como uma das preocupações sociais enquanto forma de alojar e dar melhores condições de vida a quem tem maior dificuldade em as obter.

Movidas pela procura de melhores condições de vida e condições de emprego, estabilidade e na procura de uma melhor sorte, as pessoas deslocaram-se em massa para as periferias das grandes cidades na esperança de obterem todas estas regalias.

No entanto, nem tudo se consegue da forma que se pensa e todas essas expectativas ficam latentes na esperança de serem um dia atingidas, o que pode, por vezes, implicar a adoção de atitudes mais marginais.

O trabalho ora aqui apresentado pretende estudar o policiamento e a prevenção da criminalidade em bairros problemáticos.

Este estudo assenta numa parte teórica e numa parte prática. A parte teórica é dedicada à definição do que são os bairros, o seu policiamento e também à prevenção da criminalidade efetuados nas suas diferentes formas. Esta primeira parte foi elaborada com recurso ao estudo bibliográfico em diversos documentos dedicados à matéria em questão.

Relativamente à parte prática do trabalho, a mesma foi efetuada com recurso a entrevistas, tendo estas sido posteriormente analisadas, o que permitiu a retirada de conclusões com intuito de se comprovar as hipóteses formuladas. Através destas, verificamos as questões derivadas de forma a podermos responder à questão central do nosso estudo e, assim, atingirmos os objetivos propostos.

Conclui-se que os bairros problemáticos estão a ser tratados com a devida preocupação por parte da GNR, e que toda a missão está a ser devidamente cumprida.

Propõe-se que haja uma maior colaboração com entidades externas para se possibilitar uma melhor monitorização e resolução com maior exatidão das situações problemáticas.

Palavras chave: Bairros Problemáticos, Criminalidade Juvenil, GNR, Incivilidades, Policiamento, Prevenção, Zonas Urbanas Sensíveis.

Abstract

The troubled neighbourhoods are a social concern as a way to host and give better living conditions to those who have greater difficulty in obtaining them.

Motivated to find better living, employment conditions, stability and a better luck, people have moved massively to the peripheries of large cities hoping to obtain all these perks.

However, not everything can be achieved the way people have foreseen and all these expectations are latent in the hope of being succeeded one day, which sometimes can lead to not adequate attitudes.

The paperwork now presented pretends to study the policing and the prevention of criminality making in troubled neighbourhoods.

This study is based on a theoretical part and a practical part. The first part is dedicated to the neighbourhood definition, its policing and also to criminality prevention in its different ways. This first part was carried out using the bibliographical study on several documents devoted to this matter.

For the practical part of the paperwork, it was done by means of interviews, which were later analyzed, allowing the withdrawal of conclusions in order to prove the formulated hypotheses. Through these hypotheses, have been examined the issues with the purpose of answering to the central question of the study, and achieving the proposed objectives.

It has been concluded that the troubled neighbourhoods are being treated with concern by the GNR, and the entire mission is being properly fulfilled.

It is proposed that a greater partnership with external entities should exist to enable a better monitoring and problem resolution with greater accuracy of problematic situations.

Key-words: Troubled neighbourhoods, GNR, Youth criminality, Incivilities, Policing, Prevention, Sensible urban areas.

Índice Geral

Dedicatória	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice de Quadros	ix
Lista de Apêndices	x
Lista de Abreviaturas e Acrónicos	xi
Capítulo 1 - Apresentação do Trabalho	1
1.1 Introdução	1
1.2 Justificação do Tema	2
1.3 Definição dos Objetivos	2
1.4 Perguntas Derivadas	3
1.5 Hipóteses.....	3
1.6 Metodologia	4
1.7 Enunciado da Estrutura do Trabalho	5
Parte I - Parte Teórica	7
CAPÍTULO 2 - Dos Bairros Problemáticos	7
2.1 Enquadramento Geral.....	7
2.2 Os Bairros Problemáticos	8
2.3 Os Guetos	11
2.4 Os Hot Spot.....	12
2.5 O Sentimento de Insegurança	12

Capítulo 3 - Do Policiamento	15
3.1 Policiamento Comunitário.....	16
3.2 Policiamento Orientado Para o Problema.....	17
3.3 Policiamento de Proximidade:.....	19
3.4 Tolerância Zero ou "Neo-Intensivo"	20
 Capítulo 4 - Da Prevenção	 22
4.1 A Criminalidade Juvenil	24
4.2 Prevenção Através da Construção do Espaço	25
4.3 Autores ou Possíveis Autores de Delitos.....	26
4.4 Diagnósticos Locais de Segurança	26
 Parte II – Parte Prática.....	 28
 Capítulo 5 - Trabalho de Campo.....	 28
5.1. Introdução	28
5.2 Metodologia	29
5.3 Entrevistas	29
5.4 Meios Utilizados	30
5.5 Análise das Entrevistas.....	31
5.6 Conclusões à Análise das Entrevistas.....	45
 Capítulo 6 - Conclusões e Recomendações.....	 48
6.1 Introdução às Conclusões.....	48
6.2 Verificação das Hipóteses	48
6.3 Verificação das Perguntas Derivadas.....	53
6.4 Verificação dos Objetivos	54
6.5 Recomendações e Tendências Futuras.	55
6.6 Limitações.....	56
 Bibliografia.....	 57

Apêndices.....	60
Apêndice A1 Guião de Entrevista	61
Apêndice A2 – Entrevista nº1.....	64
Apêndice A3 – Entrevista nº2.....	68
Apêndice A4 – Entrevista nº3.....	74
Apêndice A 5 – Entrevista nº4.....	82
Apêndice A 6 – Entrevista nº5.....	84
Apêndice A7 – Entrevista nº6.....	88
Apêndice A8 – Entrevista nº7.....	90

Índice de Quadros

Quadro 1 - Metodologia Adotada	5
Quadro 2 - Estrutura do Trabalho	6
Quadro 3 - Modelo do POP segundo Goldstein	18
Quadro 4 - Modelo do POP segundo Murphy.....	18
Quadro 5 - Processo de Implementação de um DLS	27
Quadro 6 - Caracterização dos entrevistados	30
Quadro 7 - Análise de Conteúdo à Pergunta n.º 1	31
Quadro 8 - Análise de Conteúdo à Pergunta n.º 2	32
Quadro 9 - Análise da Conteúdo à pergunta n.º 3.....	34
Quadro 10 - Análise de Conteúdo à Pergunta n.º 4	35
Quadro 11- Análise de Conteúdo à Pergunta n.º 5	36
Quadro 12 - Análise de Conteúdo à Pergunta n.º 6	38
Quadro 13 - Análise de Conteúdo à Pergunta n.º 7	39
Quadro 14 - Análise de Conteúdo à Pergunta n.º8	42
Quadro 15 - Análise de Conteúdo à Pergunta n.º 9	44

Lista de Apêndices

Apêndice A1 - Guião de Entrevista

Apêndice A2 – Entrevista nº1

Apêndice A3 – Entrevista nº2

Apêndice A4 – Entrevista nº3

Apêndice A 5 – Entrevista nº4

Apêndice A 6 – Entrevista nº5

Apêndice A7 – Entrevista nº6

Apêndice A8 – Entrevista nº7

Lista de Abreviaturas e Acrónimos

artº	Artigo
BOPE	Batalhão de Operações Especiais (Brasil)
Cap.	Capítulo
CCDRN	Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte
Cit. <i>In</i>	Citado em
Cmdt	Comandante
Cometlis	Comando Territorial de Lisboa da PSP
CLAS	Conselho Local de Ação Social
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CPTED	Construção Orientada para a Prevenção da Criminalidade
Dec. Lei	Decreto Lei
DGAI	Direção Geral de Administração Interna
DI	Destacamentos de intervenção
DLS	Diagnóstico Local de Segurança
Etc.	<i>et aliae</i> (e outros – para coisas)
<i>et. al</i>	<i>et aliae</i> (e outros – para pessoas)
FIR	Força de Intervenção Rápida
FS	Forças de Segurança
GNR	Guarda Nacional Republicana
H	Hipótese
<i>Idem</i>	O mesmo
<i>i.e.</i>	Id est (Isto é)
<i>In</i>	Em
ISCPSI	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
n.º	Número
NEP	Norma de Execução Permanente
NIC	Núcleo de Investigação Criminal
NPE	Núcleo de Programas Especiais
NUIPC	Número Único Identificador de Processo Crime

OCS	Órgãos de Comunicação Social
ONU	Organização das Nações Unidas
p	Página
PIR	Pelotão de Intervenção Rápida
PJ	Polícia Judiciária
POP	Policimento Orientado para o Problema
PSP	Polícia de Segurança Pública
QLAS	Quadro Local de Apoio Social
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
RCFTIA	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
SEI	Sistema Estratégico de Informação
SIIC	Sistema Integrado de Investigação Criminal
SIIOF	Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais
SITREP	<i>Situation Report</i> (Relatório de Situação)
SPE	Seção de programas Especiais
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
UI	Unidade de Intervenção
V. ex ^a	Vossa Excelência
ZA	Zona de Ação
ZUS	Zonas Urbanas Sensíveis

Capítulo 1 - Apresentação do Trabalho

1.1 Introdução

O presente RCFTIA é subordinado ao tema Policiamento e Prevenção da Criminalidade em Bairros Problemáticos, efetuado no âmbito da conclusão do mestrado em Ciências Militares – Especialidade Segurança. Este trabalho surge no âmbito da estrutura curricular dos cursos da Academia Militar para a atribuição do grau de mestre aos formandos desta escola.

A realização do referido trabalho permite fazer com que sejam aplicadas um conjunto de competências no domínio da investigação e do espírito crítico, através da pesquisa de matéria relacionada com o tema escolhido pelo formando.

Assim, o presente trabalho permite obter como resultado final a construção teórica sobre a temática acima proposta e também permite obter a componente prática de toda a teoria explanada, para, posteriormente, confrontá-las entre si.

Este trabalho inicia-se com a justificação do tema, sendo apresentadas as razões que levaram à sua escolha e qual o interesse para a instituição. Serão também definidos os objetivos para o presente estudo, a pergunta de partida que dará início ao trabalho e à investigação propriamente dita, sendo toda ela feita no sentido de se atingirem os objetivos propostos. Com isto, também se apresentarão algumas hipóteses passíveis de serem ou não comprovadas no final, de acordo com o aprofundamento da investigação.

Será também apresentada a metodologia a desenvolver para a realização deste estudo. No final surgirão as análises e conclusões relativamente à temática apresentada atingindo-se, deste modo, o culminar de toda a investigação.

1.2 Justificação do Tema

A existência de bairros problemáticos cujo policiamento é difícil, não é recente e muitas são as reportagens e notícias publicadas nos OCS que visam mostrar o lado menos mau destes locais.

Ainda assim, a realidade em Portugal é que, de facto, estes locais existem e têm também um lado menos bom que promovem diversos comportamentos desviantes entre os seus habitantes e outros cidadãos que flutuamente frequentam esses bairros.

Para se poder justificar convenientemente a escolha do referido tema poderão ser evocados os acontecimentos do ano de 2005, que motivaram reuniões extraordinárias do Conselho Superior de Segurança, devido a acontecimentos em zonas problemáticas que deram origem aos planos para a prevenção da criminalidade em bairros problemáticos. Para além disso, podemos recuar ao último trimestre de 2010, aquando das operações conjuntas entre o BOPE e o corpo de fuzileiros navais do Brasil em operações a favelas do estado do Rio de Janeiro. De acordo com o divulgado questionou-se qual seria a situação dos bairros em Portugal, numa perspetiva policial, nomeadamente, na ZA da GNR.

Desta forma, não se pretende verificar somente como evoluiu a situação nestes locais mas também verificar quais as situações mais problemáticas, como estas estão a ser acompanhadas, e também verificar quais as soluções possíveis para a resolução dos problemas existentes.

1.3 Definição dos Objetivos

Neste estudo pretende-se analisar e comprovar qual a ação desempenhada pela Guarda em bairros definidos como problemáticos. Neste sentido, a pergunta de partida ou questão central do presente estudo será:

- Qual a situação dos bairros problemáticos relativamente à segurança?

Após a definição da questão central, pretende-se pesquisar de que forma poderemos prevenir as possíveis situações de descontrolo em bairros problemáticos, no sentido de se quantificar e qualificar de que forma é que estes bairros são problemáticos e quais as causas que levam a que sejam, deste modo, assim considerados.

Pretende-se também saber como é efetuado o policiamento pela GNR e qual o nível de controlo existente.

Por outro lado, pretende-se abordar a questão da prevenção, tendo por princípio que uma boa prevenção poderá evitar problemas futuros. Com esta análise pretende-se saber se a prevenção da criminalidade é efetuada, ou se há o conhecimento de ações planeadas e executadas neste sentido, que também possam auxiliar nessa prevenção.

1.4 Perguntas Derivadas

Dada a pergunta de partida importa definir algumas perguntas derivadas que ajudem na sua verificação. Deste modo apontamos as seguintes perguntas derivadas:

- Qual o tipo de população que habita nesses bairros?
- De que forma a GNR atua nos bairros problemáticos?
- Que modelos de policiamento são utilizados nos bairros problemáticos?
- Que entendimento existe com outras instituições?
- Que tipo de prevenção é efetuada?

1.5 Hipóteses

A hipótese “fornece à investigação um fio condutor particularmente eficaz, a partir do momento em que é formulada” (Quivy, & Campenhoudt, 2008, p.119).

Deste modo, após a formulação das perguntas derivadas são propostas as seguintes hipóteses:

H1: Existe um conhecimento geral da população que habita nos bairros;

H2: Os bairros estão inacessíveis às forças policiais;

H3: É difícil policiar os bairros problemáticos;

H4: Através de uma atuação reforçada a GNR consegue manter o respeito e a segurança.

H5: O modelo de policiamento utilizado pela Guarda nos bairros problemáticos é distinto entre destacamentos.

H6: Existem modelos de policiamento eficazes;

H7: Na perspetiva da Guarda a interação entre instituições é eficaz.

H8: A prevenção da criminalidade em bairros problemáticos é feita de diversas formas.

1.6 Metodologia

Toda a estrutura deste RCFTIA foi definida tendo em conta a NEP n.º 520, de 30 de junho de 2011, da Academia Militar e também segundo o que está definido no livro da Profª Drª Manuela Sarmiento¹ onde se aborda alguns aspetos sobre metodologia científica.

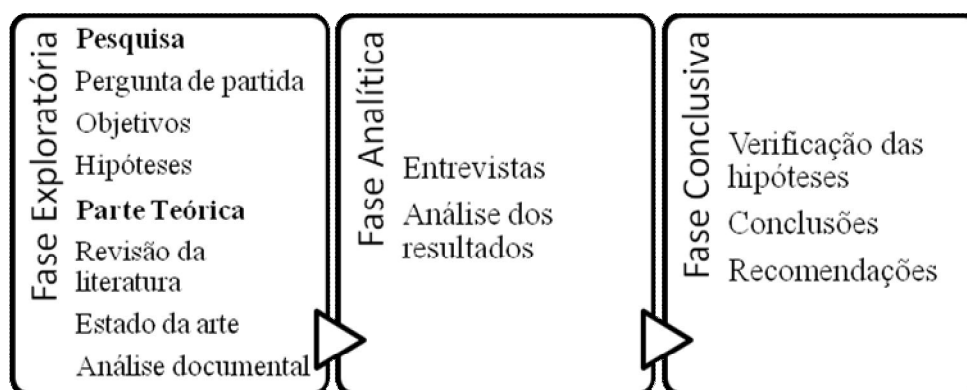
O trabalho está dividido em duas partes fundamentais, uma parte teórica e uma parte prática.

A parte teórica é fruto de um estudo e investigação bibliográficos, recorrendo para isso a diversos livros, dissertações, sítios oficiais de internet, documentos oficiais da Guarda, bem como à análise de entrevistas e reportagens apresentadas nos OCS sobre este tema.

A parte prática surge consubstanciada nas entrevistas realizadas e na sua análise. A partir destas, tentou-se comprovar as hipóteses e consequentemente as questões derivadas, para, por fim, se alcançar a verificação da questão central. Após a verificação de todos estes pressupostos, alcançou-se os objetivos do presente trabalho.

Esta metodologia é ilustrada e melhor desenvolvida no quadro abaixo:

¹ Metodologia adotada de acordo com: Sarmiento, M. (2008). *Guia prático sobre metodologia científica*. Lisboa: Universidade Lusíada.

Quadro 1 - Metodologia Adotada²

1.7 Enunciado da Estrutura do Trabalho

As duas partes que constituem o presente estudo, uma teórica e outra prática, estão dispostas em seis capítulos.

Relativamente à parte teórica, esta contém três capítulos os quais se apresentam da seguinte forma:

- O primeiro capítulo, onde se enquadra a génese destes bairros, as definições em relação à respetiva classificação e também o sentimento de insegurança que deles pode emergir;
- O segundo capítulo, onde se aborda o policiamento, que se constitui como uma grande parte da atividade da GNR e onde são descritos os vários modelos de policiamento existentes e postos em prática;
- O terceiro capítulo, onde é estudada a componente da prevenção da criminalidade. A ideia base deste capítulo assenta no que se pode e é teoricamente viável de se aplicar em bairros problemáticos no sentido de prevenir situações de crimes ou mesmo evitar que jovens enveredem por uma vida associada à prática delituosa.

Em relação à parte prática, esta encontra-se dividida em dois capítulos;

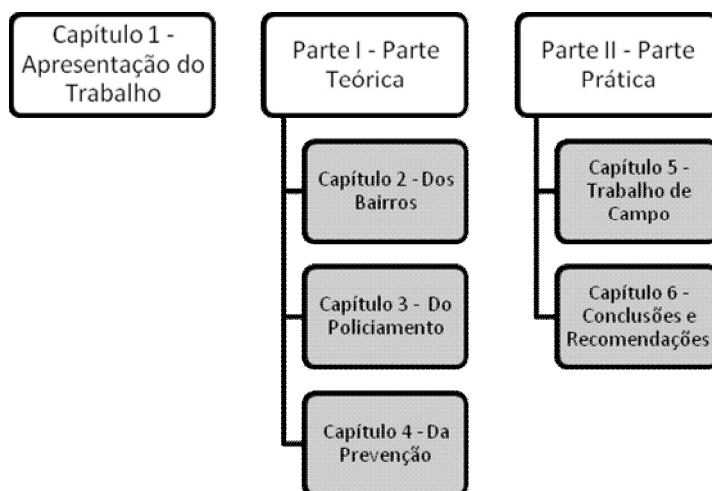
- O quinto capítulo onde é feita a apresentação da metodologia, onde são apresentadas as entrevistas realizadas e onde é feita a sua análise;

² Metodologia adotada de acordo com: Sarmento, M. (2008). *Guia prático sobre metodologia científica*. Lisboa: Universidade Lusíada.

- O sexto capítulo onde são apresentados as conclusões ao trabalho. Neste capítulo é feita a comprovação das hipóteses já avançadas, a verificação das perguntas derivadas e da questão central, atingindo-se, deste modo, todos os objetivos propostos. Para além disso, e para finalizar o trabalho, são avançadas algumas recomendações e tendências futuras e por fim elencadas as limitações sentidas ao longo deste estudo.

Toda a estrutura do trabalho fica mais bem ilustrada no quadro a seguir:

Quadro 2 - Estrutura do Trabalho³



³ Fonte própria

Parte I - Parte Teórica

CAPÍTULO 2 - Dos Bairros Problemáticos

2.1 Enquadramento Geral

A existência de bairros problemáticos é sobejamente difundida. Estes bairros surgem na sequência do “afluxo crescente da população (...) para as regiões urbanas do litoral” (Salgueiro, 1972, p. 39).

Toda esta situação deveu-se ao facto de existirem grandes quantidades de pessoas que, movidas pela possibilidade de obterem melhores condições de vida, migraram para as periferias das grandes cidades.

No entanto “como o seu nível de instrução é baixo (...) vão preencher as categorias salariais mais baixas, que não lhes permite ter casas na cidade” (Salgueiro, 1972, p. 39). Assim, as pessoas estabeleciam-se nas periferias em casas ou em barracas sem licenciamento e sem o mínimo de condições de habitabilidade.

Em Portugal, “as políticas sociais de habitação direcionadas para os mais carenciados (...) surgem, efetivamente, após o 25 de Abril” (Quintas, 2008, p. 7).

Para combater esta problemática, foram desenvolvidos alguns programas ao nível da Câmara Municipal de Lisboa e da Câmara Municipal do Porto, regulamentados pelo Decreto-lei n.º 163/93, de 7 de maio, alterado pelo Decreto-lei n.º 271/2003, de 28 de outubro. Neste diploma está espelhada a intenção de haver um “apoio financeiro para a aquisição e construção de habitações destinadas ao realojamento dos agregados familiares residentes em barracas e situações similares”⁴.

Deste modo, aos que se encontravam nestas situações, foi-lhes dada a oportunidade de obterem um lar com condições mínimas de habitabilidade.

Através desta política, passaram a usufruir do mesmo espaço, etnias, raças e grupos diferentes que tiveram de saber partilhar, viver e conviver nesse mesmo local. Com isto criaram-se zonas em que o conflito é prática constante e onde o trabalho das forças de segurança se torna difícil.

⁴ Informação presente no preâmbulo do Dec-lei n.º 271/2003, de 28 de outubro.

Apesar deste esforço, Portugal utiliza um modelo desajustado e ineficaz de realojamento, no que toca às questões sociais.

Guerra (Guerra, 2012)⁵ afirma que “a concentração de uma população socialmente homogénea, ainda que culturalmente heterogénea, traz problemas de socialização negativa, sobretudo entre os mais novos, gerando abandono escolar precoce e a predominância de comportamentos menos disciplinados”⁶.

Nesta ótica, o que faz com que os problemas surjam não são as diferenças entre a população, mas sim a semelhança relativa à sua condição social.

2.2 Os Bairros Problemáticos⁷

Sobre a temática dos bairros problemáticos poderá não ser obtida uma definição precisa, visto que se torna necessário saber, para efeitos policiais, quando é que um bairro é problemático ou não, ou então, saber quais os pressupostos que levam a que um bairro seja considerado problemático.

Apesar da dificuldade da sua definição, os bairros problemáticos surgem associados a algumas características possíveis de identificar, nomeadamente relacionadas com práticas ilícitas e o consequente sentimento de insegurança, sendo ele real ou não, que possam causar tanto à população residente como àqueles que os frequentam ou que residam nas redondezas.

Nem sempre estas características estão associadas à ideia geral de que um bairro problemático é caracterizado pela habitação social ou por barracas, edifícios abandonados e zonas degradadas. No sentido de se combater esta problemática tem-se assistido à construção de novos bairros, sendo exemplo disso o “Casal Ventoso” em Lisboa, ou até à destruição de velhos bairros, com a consequente dispersão dos seus habitantes por outras zonas das cidades. É exemplo desta última política que em dezembro de 2011, na cidade do Porto, foi demolida uma torre do Bairro do Aleixo, tendo por finalidade o realojamento dos seus habitantes em outras zonas da cidade no sentido de se acabar “com a degradação humana existente”.⁸

⁵ Investigadora do Centro de Estudo Territoriais do ISCTE.

⁶ Informação recolhida de entrevista realizada ao Jornal Expresso de 19 de agosto de 2008.

⁷ A designação de Bairros problemáticos foi alterada para Zonas Urbanas Sensíveis (ZUS).

⁸ Informação recolhida em: <http://www.cm-porto.pt> no dia 5 Abril de 2012.

Mas, de qualquer forma, torna-se pertinente refletir se o que se consegue com estas políticas não é mais do que amenizar o problema, ou somente deslocá-lo e fazer com que ele surja num local diferente da anterior.

Esta ideia está subjacente ao facto de que a construção de novos bairros, por vezes, nada mais traz de novo senão o aspeto, pois, estes novos locais continuam com os mesmos problemas que se verificavam anteriormente. Cumulativamente, verifica-se que as construções continuam a ser débeis e de fraca qualidade, com durabilidade reduzida e sem controlo, o que promove o vandalismo e a sua má utilização. O tipo de arquitetura é básico e poderá levar a um contrassenso entre aquilo que se pretendia criar e aquilo que se acabou por construir. Por outro lado, a falta de serviços é também uma constante neste tipo de situações, isto no que consta a locais de lazer, desporto e culturais (Carvalho, 2009, p.15).

A deslocação e a dispersão dos habitantes de um bairro para outro, pode promover possíveis encontros de indivíduos ou grupos rivais nestes novos locais, partilhando desta forma o mesmo espaço e constituindo assim um problema no que toca à garantia de segurança e ao nível de atuação das forças de segurança (FS).

Por último, também se verifica que na vertente policial as construções não são de todo projetadas para garantir a facilidade da intervenção, de forma que se possa garantir o máximo de segurança.

Todas estas questões seriam reequacionadas se, eventualmente, houvesse algum tipo de cooperação entre as FS e as entidades que projetam estes bairros, nomeadamente as autarquias, e assim criar-se uma obra “à medida” da atuação das FS e ao mesmo tempo satisfazer as necessidades apontadas⁹.

Não podemos no entanto esquecer que o que representa a insegurança não é só a forma como o bairro está construído, “mas são sobretudo os seus habitantes que são considerados como produtores de insegurança” (Katane, 2002, p. 61).

Portanto, relativamente a esta parte, um bairro problemático caracteriza-se não só pela sua aparência exterior mas essencialmente pelas questões internas, sendo elas a razão pelo deflagrar dos problemas com as FS, conducentes ao sentimento de insegurança, e relacionados com os problemas económicos, o desemprego, a associação criminosa e outros delitos.

⁹ Entrevista do CMDT Cometlis em agosto de 2000 à Revista Expresso.

Não podemos, contudo, atribuir a designação de problemático a um bairro tendo em conta a totalidade dos seus habitantes, mas tal acontece quando o local está associado a um determinado grupo de indivíduos que pelas suas práticas, o tornam mais inseguro.¹⁰

Do ponto de vista policial, a definição de bairro problemático consta do relatório n.º 48697, do Comando-Geral da PSP, de 4 de junho de 1997¹¹, que, conjuntamente com a diretiva n.º 12/2006, do Comando-Geral da GNR, de 23 de fevereiro de 2006, consideram as seguintes características:

- Baixos níveis de escolaridade da população do bairro;
- Abandono escolar significativo;
- Inserção precoce dos jovens no mundo do trabalho;
- Pouca participação da população ativa nos setores primário¹² e terciário¹³;
- Precariedade dos vínculos laborais, salários baixos;
- Sentimento de inimizabilidade, autonomia e fuga ao controlo das autoridades;
- Elevado grau de dependência social;
- Estratégias de sobrevivência muito desenvolvidas, designadamente a pluriatividade, empregos clandestinos, prática de ilícitos criminais, delinquência juvenil, tráfico de estupefacientes, furtos, roubos e recetação;
- Construções de barracas, imóveis degradados, sem segurança ou condições de higiene, com deficiente ou sem saneamento básico, fraca iluminação pública;
- Arruamentos degradados, espaços públicos vandalizados.

Estes documentos ainda apontam para a definição de bairro problemático como sendo uma zona onde há uma exclusão que produz uma série de desvantagens sociais. São conjuntos de habitações em ambiente urbano que devido a todas as características já apresentadas causam a estigmatização e a exclusão social.

São apontadas como características destas zonas a “presença de conjuntos habitacionais ou quarteirões de habitação degradada e por um desequilíbrio acentuado entre habitação e o emprego”¹⁴.

¹⁰ Informação recolhida de Reportagem da SIC de 12 de Maio de 2009: “Bairros Sociais e violência em Portugal”.

¹¹ Informação recolhida no trabalho para a obtenção do grau de mestre.: Lousa, T, (2006) “Intervenção da polícia em bairros problemáticos”, ISCPSI

¹² As atividades do setor primário estão relacionadas com a produção através da utilização de recursos da natureza, é exemplo disso a agricultura.

¹³ As atividades do setor terciário são atividades relacionadas com os serviços, são exemplo disso a educação ou a saúde.

De referir que no Dec. Lei n.º 38/2009¹⁵, de 20 de julho, estipula no seu art.º 10.º que as FS desenvolvem nestas áreas, ações regulamentares de policiamento reforçado, com recurso a meios especiais de polícia, e operações especiais de prevenção relativamente a armas.

Em 2011,¹⁶ foram empenhados 1497 elementos da GNR e da PSP em 198 ações de reposição da ordem pública em bairros problemáticos.

2.3 Os Guetos

Os guetos embora não sejam zonas muito diferentes dos bairros problemáticos, tornam-se um pouco mais difíceis de controlar do ponto de vista policial, visto que, como nos refere Alves (2010), são zonas em que as dificuldades e os problemas são diários.

Ainda segundo este autor, os guetos tornam-se zonas difíceis porque as situações com eles relacionadas, como a exclusão, a imigração ilegal, o desemprego ou as dificuldades de habitação, tornam propício o aparecimento de “áreas habitacionais mais ou menos degradadas” (Alves, 2010, pp. 190-191).

No entanto, o que difere realmente os guetos dos restantes bairros é essencialmente por aqueles se caracterizarem como sendo “locais onde uma minoria está separada do resto da comunidade”¹⁷, e a totalidade da população residente pertence a um mesmo grupo étnico ou racial.

Nestes locais “a socialização funciona no pior modo, promovendo o aparecimento de bandos juvenis, de marginais, de traficâncias, (...), o controlo social é muito difícil de exercer” (Alves, 2010, p. 190).

Este tipo de bairros sofre ainda o problema de serem também marcados por um certo isolamento geográfico, transformando-se em “*no go areas*” (Malheiros, et. al., 2007, p. 24). Urbanisticamente, este tipo de bairros “são circundados por caminhos de ferro e autoestradas ou escondidos da envolvente por cartazes publicitários” (Malheiros, et al., 2007, p. 44).

¹⁴ Informação recolhida do Plano de Ação Cidades e Urbanismo, da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN).

¹⁵ Define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biênio de 2009-2011

¹⁶ Dados relativos ao Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) de 2011, p. 161.

¹⁷ Definição consultada no Dicionário da Língua Portuguesa, 2010, Porto, Porto Editora.

Por último, de referir que “as situações de gueto dão lugar à existência de zonas altamente problemáticas em termos de segurança.” (Alves, 2010, p. 191). Conotando deste modo a importância que deve ser dada a estas zonas no sentido de serem devidamente identificadas e monitorizadas.

2.4 Os Hot Spots

Esta é a designação para locais ou zonas perigosas e geradoras de criminalidade de características urbanas ou suburbana.

Este tipo de zonas, segundo a diretiva n.º 12/2006, do Comando-Geral da GNR, de 23 de fevereiro de 2006, apresentam algumas características específicas que interessa enumerar, sendo elas:

- Interfaces de transportes públicos com frequentes atos ilícitos;
- Áreas escolares perto de bairros problemáticos;
- Estabelecimentos de diversão noturna;
- Locais associados ao tráfico de estupefacientes;
- Locais com fraca iluminação; e
- Locais vandalizados.

Podemos com isto verificar que os “Hot Spots” são locais em que ocorre uma grande mobilidade de cidadãos, e que são, essencialmente, frequentados para a realização de atos ilícitos.

2.5 O Sentimento de Insegurança

A segurança¹⁸, é definida como sendo a confiança ou a tranquilidade de espírito. Verificamos assim, que a segurança é algo de abstrato e muito relacionado com a forma como as pessoas perspetivam a sua situação. Ela torna-se importante e por isso é uma das finalidades do Estado, pois é com este sentimento que a população no geral pode adotar uma vida normal e assim obter rendimento no seu dia a dia. Por tudo isto não é por acaso

¹⁸ Definição consultada em: Dicionário de Língua Portuguesa (2010), Porto, Porto Editora.

que a segurança surge na pirâmide de Maslow¹⁹, logo num segundo patamar imediatamente antes de todas as restantes necessidades do ser humano.

A finalidade do trabalho diário exercido pelas forças de segurança é a manutenção da ordem e, consequentemente, a garantia de segurança ao cidadão. No entanto, ainda que todo esse trabalho seja bem executado, poderão existir casos em que o cidadão, ainda assim, não se sinta seguro.

O sentimento de insegurança traduz-se no “Conjunto de manifestações de inquietação, de perturbação ou de medo, quer individuais quer coletivas caracterizadas pelo sentimento de perigo e ansiedade produzida pela ameaça de um dano físico (...) alimentada por certas fragilidades percecionadas no ambiente que se relaciona de alguma forma com o crime” (Lourenço & Lisboa, 1991, p. 57).

Fica espelhado que o sentimento de insegurança pode ser individual ou coletivo e que se deve à envolvimento do local onde se encontra a pessoa. Assim, “o sentimento de insegurança alimenta-se das crises concretas diárias, das delinquências e também das ameaças difusas, sejam de natureza económica, política, social ou mesmo as chamadas incivildades” (Alves, 2010, p. 190-191).

Estando presente o que pode causar insegurança nas pessoas, para este trabalho interessa apenas o que diz respeito às ameaças difusas de natureza social ou até às incivildades. Incivildades são de uma forma geral todas as situações e, como nos descreve Alves (2010), todos os comportamentos que embora pouco punidos socialmente, sendo até consideradas como “bagatelas”, são uma boa forma de favorecer o sentimento de insegurança. Para este autor as incivildades traduzem-se em pequenos atos, como algumas degradações, sujidades, grafittis, ausência de regras de educação ou mesmo a existência de confrontos físicos. Contudo estes comportamentos não trazem qualquer benefício, ou “lucro” ao infrator. O problema coloca-se porque são comportamentos que dão nas vistas.

Segundo Cusson, as incivildades são como um “conjunto heterogéneo de pórdelitos e de sinais de deterioração que assinalam aos transeuntes a presença de um perigo difuso nas ruas” (Cusson, 2006, p. 191).

Já Roché (1993) apresenta o sentimento de insegurança como sendo a manifestação de medos pessoais ou coletivos, que se verificam devido à existência de determinadas situações no seu local de habitação. Estas situações podem ser representadas como as

¹⁹ Psicólogo que desenvolveu uma hierarquia das necessidades, estabelecida por uma pirâmide. Na base dessa pirâmide estão as necessidades de nível mais baixo que, quando satisfeitas, se leva para o patamar superior, verificando-se até às necessidades de valor mais alto que se encontram no topo dessa pirâmide.

incivilidades já aqui definidas ou mesmo pequenos delitos. O mesmo autor ainda refere alguns exemplos mais práticos daquilo que representa o sentimento de insegurança, dizendo que se pode traduzir em situações de medo de sair de casa ou então de andar na rua ou de estar num determinado local.

Capítulo 3 - Do Policiamento

O policiamento é a base de atuação das forças de segurança. É através dele que se garante a segurança e se recolhem informações em toda a respetiva Zona de Ação (ZA). O policiamento surge como um fator fundamental para o controlo da criminalidade pois “a existência das incivildades e desordens, são sinais de que o controlo social não funciona mais” (Monjardet, 1996, p. 253), podendo-se através dele impedir que situações destas aconteçam.

Deste modo, mesmo em bairros problemáticos, apesar de por vezes ser difícil, o policiamento deve ser efetuado, isto porque, segundo Cusson, “é necessário que a delinquência num bairro não ultrapasse um certo limiar pois, de contrário, a desconfiança gerada minará o tecido social e criará condições ao desenvolvimento da própria criminalidade” (Cusson, 2006 p. 188).

Esta ideia espelha aquilo que se pode conseguir para que o objetivo segurança seja concretizado, podendo-se não controlar tudo mas sim controlar a maioria e nunca deixar que o nível de criminalidade ultrapasse o referido “limiar”.

Para impedir que este limiar seja de facto ultrapassado existem modelos de policiamento que podem ser postos em prática, tendo sempre em conta que um modelo utilizado deverá enquadrar a situação, os problemas, ou a zona em que vai ser aplicado.

De acordo com Alves (2011) existem dois tipos de policiamento que abarcam os modelos que pretendemos abordar. O autor aborda o policiamento preventivo, direcionado para o contacto com o cidadão e para a proximidade com o mesmo. Este modelo torna-se muito eficaz na resolução de problemas mas, no entanto, é ineficaz para situações com maior conflitualidade. Por outro lado existe o policiamento repressivo, mais eficaz no combate à criminalidade violenta e que conta com um uso mais ostensivo da força. Independentemente dos modelos utilizados, “é necessário encontrar um equilíbrio “ (Alves, 2011, p. 155).

Durante muito tempo foi utilizado pelas forças de segurança como modelo, o designado de Policiamento Reativo ou Tradicional. Este modelo de policiamento resume-se ao facto de serem lançadas patrulhas para o terreno de forma aleatória e, deste modo, fazer cumprir a respetiva missão geral.

Dependendo do objetivo e dos problemas associados a determinada zona existem vários modelos de policiamento, como por exemplo o Policiamento Comunitário, o Policiamento Orientado para o Problema (POP) o Policiamento de Proximidade e a Tolerância Zero.

3.1 Policiamento Comunitário

A ideia de policiamento comunitário nasceu nos Estados Unidos da América com o pressuposto de que a “polícia podia responder de modo sensível e apropriado aos cidadãos e às comunidades” (Skolnick & Bayley, 2006, p. 57).

Mediante esta ideia, a polícia podia beneficiar de duas formas, por um lado o público ganharia um maior respeito por ela, e por outro lado, se esse mesmo público compreendesse a complexidade e as dificuldades do trabalho policial estaria mais disposto a ajudar nesse trabalho. (Skolnick & Bayley, 2006, p.57)

Monjardet apoia este tipo de policiamento referindo que “ a polícia não pode aparecer como uma força de ocupação mas que deve ganhar o apoio das populações” (Monjardet, 1996, p. 251). Para este autor o policiamento comunitário entra em ação através da abertura de “quiosques de polícia” nos bairros e nos centros comerciais, com a formação de grupos de vigilância e com o aumento de ações de patrulhamento. Para além de todas estas ações, pode-se também formar células de análise de problemas e ainda participar em ações de limpeza de bairro conjuntamente com os serviços das Câmaras Municipais.

Assim, ele “surge na perspetiva de que a polícia e os cidadãos poderão trabalhar conjuntamente no sentido de resolver alguns problemas relacionados com o crime, o medo do crime, a qualidade de vida e as condições dos bairros”, e tudo isto, “envolvendo as pessoas num esforço conjunto para determinar as prioridades da polícia” (Kappeler & Gaines, 2009, p. 5). O maior problema deste tipo de policiamento está relacionado com o facto de se determinar as necessidades e os desejos das comunidades (Skolnick & Bayley, 2006). Assim surge a necessidade de se aplicar métodos e arranjar formas de aproximar a polícia da população.

Os mesmos autores referem que o Policiamento Comunitário possibilita o envolvimento dos cidadãos e quando bem executado permite determinar as suas

necessidades, em termos de segurança, e assim permitir que se executem ações baseadas nessas mesmas necessidades.

Revela-nos Monjardet (1996) que não se pode afirmar que os níveis de delinquência possam ter diminuído após a implementação do Policiamento Comunitário, mas que nos locais onde ele foi efetuado com seriedade notou-se uma melhoria nas relações entre a polícia e a população.

Acima de tudo, esta prática “requer que a polícia saia dos seus carros, envolva a comunidade, recolha informação e inicie diálogos com as pessoas que políam” (Skolnick & Bayley, 2006, p. 7).

3.2 Policiamento Orientado Para o Problema

Este é um tipo de policiamento que de certa forma se relaciona com o Policiamento Comunitário e no qual a população também é convidada a participar (Oliveira, 2006, p. 126).

No entanto, neste modelo, as forças de segurança funcionam mais como uma “polícia de “expertise”, dotada de uma ação mais proactiva e preventiva” (Oliveira, 2006, p. 126).

O mesmo autor refere que estas ações visam essencialmente a identificação, o diagnóstico e a resolução dos problemas, tendo como objetivo findar com os problemas.

De alguma forma Goldstein, (Goldstein *in* Reyner, 1996, p.190) articula a explicação do policiamento orientado para o problema, dizendo que este é feito em quatro fases:

Quadro 3 - Modelo do POP segundo Goldstein



Mais tarde e não muito diferente do que já era apresentado por Goldstein, Murphy²⁰, apresenta também uma forma de implementação do POP, denominando-o de SARA²¹, abaixo detalhado:

Quadro 4 - Modelo do POP segundo Murphy



Segundo este modelo torna-se necessário, a cada etapa, tomar determinados procedimentos, seguidamente descritos:

- Etapa 1: Identificação dos problemas: Mediante a situação na zona de ação de determinada força de segurança, saber qual é o problema que aí se apresenta e defini-lo bem. Para além disso há a necessidade de seleccionar e descrever o problema;
- Etapa 2: Análise: Após efetuado a etapa anterior há que fazer uma investigação integral das causas ou das condições que provocam ou influenciam o problema;

²⁰ Disponível em Oliveira, J. F. (2006). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento: A emergência do policiamento de proximidade*. Coimbra: Almedina, p.129

²¹ Abreviatura das expressões em língua inglesa: Scanning, Analysis, Response, Assessment.

Etapa 3: Resposta: A etapa mais importante e mais crítica de todo o processo. É necessária uma resposta estratégica, precisa, baseada numa análise aprofundada e completa do problema;

Etapa 4: Avaliação: Como em qualquer situação em que se implementa uma nova estratégia, torna-se necessário que seja efetuada uma avaliação dos efeitos da implementação do processo e de como foi resolvido o problema.

3.3 Policiamento de Proximidade:

O policiamento de proximidade é o modelo que mais está a ser projetado em Portugal. Através dele pretende-se que as forças de segurança se aproximem do cidadão e que seja possível uma recolha mais fácil e eficaz de informações.

Assim, o Policiamento de Proximidade torna-se numa “estratégia organizacional que permite às forças de segurança e à comunidade trabalharem em conjunto para conseguirem encontrar formas inovadoras de resolver os problemas sentidos por essa comunidade”.²²

Desta forma permite-se que as forças de segurança tenham uma estratégia de “visibilidade”, quer seja operacional, quer social. A visibilidade operacional prende-se com o facto das forças de segurança estarem em atividade, através das várias formas de patrulhamento. A forma de visibilidade social visa aproximar as forças de segurança do cidadão. Esta aproximação é possível através da organização de eventos ou da participação das forças de segurança em eventos que possibilitem dar a conhecer o que são e o que fazem.

As ações postas em prática para a aproximação entre o cidadão e as forças de segurança, nomeadamente na GNR, tem-se verificado através dos programas especiais, criados para garantir a segurança e o bem-estar dos cidadãos.²³ Para além destes, podemos

²² MAI, G. d. (1999). *Policiamento de Proximidade*. Lisboa: MAI.

²³ Os programas especiais da GNR pretendem estabelecer o contato próximo com o cidadão, através de parcerias com outras instituições. Estes programas visam uma adaptação das forças de segurança à comunidade que servem e também integrar a população na garantia de segurança. Entre outros programas a GNR dispõe do Programa Escola Segura, Apoio 65, Farmácia Segura, Comércio Seguro, Transporte Seguro de Tabaco e Azeitona Segura.

também incluir os diversos acordos entre a GNR e as autarquias no sentido de implementar esta política do Policiamento de Proximidade.

Todas as ações do Policiamento de Proximidade têm como fundamento o facto de se recolherem informações através da proximidade com a população satisfazendo, deste modo, algumas necessidades de segurança do cidadão.

3.4 Tolerância Zero ou “Neo-Intensivo”

Tolerância zero é baseada em três ideias. A primeira de todas é o princípio de prevenir os elementos antissociais de desenvolverem o sentimento de que não há controlo e evidenciando consequências relativamente a alguns dos seus atos. Pretende-se assim “evitar um ambiente quebrado e negligente que se possa tornar num ambiente fértil para o crime e a desordem” (Bratton, Dennis, Griffith, Mallan, John, & Charles, 1998, p.3)

Neste sentido, o “controlo tolerante” dos pequenos desafios, do dar e receber, do convívio social decente, em que transmitir boas práticas e criar bons exemplos no sentido de educar e imputar responsabilidades de determinadas incivildades, é uma tática aberta para o trabalho das polícias. Por isso, o controlo, ainda que baixo, pode provocar uma diferença nítida entre a prática constante de incivildades ou então poder-se reduzir os pequenos crimes, vandalismo, grafitis, e níveis baixos de desordem.

A “Tolerância Zero” faz passar uma forte mensagem sobre a importância do civismo e da ordem na sociedade e também sobre a importância das polícias para manter essa mesma ordem.

Para Brunet (2007) a ideia da Tolerância Zero vai muito ao encontro de um tipo de policiamento em que não há a preocupação em procurar as causas dos problemas, mas o que é pretendido é essencialmente a sua resolução.

O mesmo autor ainda refere, como base para este tipo de policiamento, a teoria dos vidros partidos de Rudolph Giuliani²⁴. Quando não há punição para os primeiros que

²⁴ A Teoria do vidro partido de Rudolph Giuliani tem por base a ideia que, se em determinado local se parte um vidro e este não é rapidamente consertado, resulta que em pouco espaço de tempo todos os restantes vão acabar por ser partidos. Se uma comunidade exhibe sinais de deterioração então rapidamente se gerará nesse local o delito. Tudo isto causa sensação de impunidade para quem pratica o delito.

cometem determinadas incivilidades, é como que uma permissão para que outros também as cometam.

Por último, deve ser referido que a diretiva n.º 12/2006 do Comando Geral da GNR, de 23 de fevereiro, refere um conjunto de modelos de policiamento direcionados para a sua aplicação em bairros problemáticos:

- O Policiamento Ordinário/de Proximidade, em tudo igual ao que anteriormente foi referido;
- O Policiamento Preventivo/Reativo, que tem como finalidade dar resposta a incidentes que pela sua complexidade afeta o efetivo do Policiamento Ordinário;
- O Policiamento Interventivo, de cariz mais musculado, que consiste em ações planeadas e executadas sob máximo segredo por forma a aumentar a surpresa na ação;
- A Reposição e Manutenção da Ordem Pública, que surge como um modelo a seguir em ocasiões em que a ordem pública foi alterada por qualquer motivo. Nestas situações são empenhadas equipas mais musculadas e treinadas para o devido efeito;
- A Intervenção Especial, que contempla o uso de equipas com missão especial em situações em que acontecem incidentes atípicos e com elevada perigosidade.

Deste modo fica exposto todo um conjunto de modelos de policiamento que poderão ser postos em prática na resolução de problemas. De referir que cada um deles é indicado para determinadas situações e que deve ser tido em conta o grau de risco associado a cada local ou circunstância.

Capítulo 4 - Da Prevenção

Relativamente a esta temática da prevenção muito há por dizer. Isto porque verificam-se muitas ações de prevenção da criminalidade para alguns tipos de crime como a burla, os furtos em estabelecimentos e em habitações, ou até os furtos em terrenos agrícolas. Ela também é feita no sentido de alertar a população de uma determinada faixa etária para os riscos de viver na solidão.

No sentido de prevenir crimes e atitudes que se verificam serem preocupantes, foram criados os programas especiais, a nível nacional, ou específicas a determinadas zonas territoriais, com a finalidade de se organizar o seu combate. Deste modo, a prevenção constitui uma parte importante no trabalho da GNR como forma de garantir segurança aos cidadãos que polícia.

Existe também o trabalho feito por diversas instituições que sobretudo dão apoio a famílias carenciadas e também fazem a ocupação de tempos livres para crianças e jovens.

De referir que esta dinâmica por vezes se revela difícil devido aos custos associados e deixam cair por terra todas as expectativas de haver uma melhor socialização e sobretudo educação de crianças e jovens dos bairros sociais²⁵.

Antes de falar de prevenção devemos focar a nossa atenção naquilo que são as causas da criminalidade em determinada zona, localidade, ou sobretudo naquilo que nos interessa, nos bairros problemáticos.

A prevenção da criminalidade, segundo os princípios da Organização das Nações Unidas²⁶ (ONU) é definida como sendo “todas as ações, medidas e estratégias que visam reduzir os riscos de infração e os efeitos prejudiciais que estes podem ter nas pessoas e sobre a sociedade, aumentando o sentimento de insegurança e fomentando ações que o causam.”

²⁵ Informação retirada de entrevista ao Jornal Público em 8 de maio de 2012.

²⁶ Organização das Nações Unidas, Conselho Económico e Social, resolução n.º 2002/13, de 24 de Julho 2002.

No documento do “*Centre International de la Prévention de la Criminalité*”²⁷ são apresentadas algumas estratégias que podem ser relevantes para o presente estudo. Este documento foca a prevenção através do desenvolvimento social, em que essencialmente se promove o bem-estar das populações através de medidas sociais, económicas, de saúde e educacionais.

A prevenção criminal local consiste na implementação de atividades organizadas e com empenho da população, para que sejam mudadas as práticas existentes nos bairros que fomentem o espírito antissocial e as práticas criminais. A prevenção criminal situacional serve para a redução das oportunidades de crime, através de ações que diminuam a possibilidade de se obter lucro com o crime. Tudo isto será possível através de programas de planificação urbana e disseminação de informação. Por último, os programas de ressocialização colocados em prática através de programas que possam impedir a reincidência na prática de crimes.

Com estas medidas pretende-se evitar que os riscos de infração que ponham em causa a segurança aconteçam, bem como reduzir a gravidade das infrações que eventualmente possam vir a acontecer.

No seu trabalho diário “as patrulhas são a face mais visível do trabalho das polícias” (Tumpman, 1999, p. 49). No entanto a prevenção constitui um papel importante no trabalho diário das forças de segurança, e é também através do policiamento que se consegue a prevenção. São várias as formas apresentadas para a prevenção da criminalidade, mas na sua essência abordam os mesmos intervenientes.

A prevenção, como refere Gassin (1994), pode ser feita de duas formas. Uma delas designada por clássica, de repulsão através de ações de policiamento e pela presença policial. A outra, na qual o autor designa por “novas forma de prevenção” que integra um conjunto de possíveis bases de incidência para a prevenção, sendo elas:

- A criminalidade juvenil;
- Os autores de delitos ou possíveis autores;
- O CPTED, baseado na construção de bairros para melhorar a segurança e também para vítimas, mais direcionado para a violência doméstica, que neste trabalho não vamos aprofundar.

²⁷ Documento do Centre International de la Prévention de la Criminalité: 2010, *prevention de la criminalité et sécurité quotidienne: tendances et perspectives*, Rapport International., p.10 (tradução da responsabilidade do autor).

Assim, apresentaremos o que teoricamente pode ser analisado relativamente a cada nova forma de prevenção e respetivas bases de incidência.

4.1 A Criminalidade Juvenil

Os jovens são a classe mais vulnerável à prática de delitos. Se por um lado querem experimentar, por outro não têm a noção das consequências dos seus comportamentos. Por isso, torna-se necessário impedir que os jovens se transformem em possíveis delinquentes. A GNR tem na sua orgânica equipas²⁸ criadas, que indiretamente combatem o dito “comportamento desviante” nos jovens, e que os conhecem melhor do que qualquer outro elemento dos destacamentos.

Este comportamento desviante consiste, “numa transgressão de uma norma social”. Esta transgressão tanto pode ser única como pode ser tomada como um ato contínuo, e é isto que se deve impedir, porque, “o indivíduo que adota de modo prolongado uma conduta desviante tende a ser, ou torna-se um marginal” (Cusson, 2006, p.14).

Para este autor, a prevenção para os casos de delinquências juvenis tem-se efetuado unicamente após serem verificados os factos praticados por um jovem, ou após este ter assumido a prática de atos delinquentes. Surgem assim formas de punição através de um modelo de reabilitação em que é atribuída uma determinada pena a um jovem, podendo ir da pena de multa, à realização de trabalhos sem compensação para o menor, ou até as limitações à sua liberdade. Deste modo, “associa-se a ideia de punição enquanto meio de reduzir a prática de crimes” (Negreiros, 2001, p. 124). Apesar desta ideia, o mesmo autor mostra que este tipo de medidas obteve resultados negativos.

O jovem que inicia um conjunto de delinquências pode eventualmente continuar até que toda esta situação deixe de o favorecer. É defendido por Welsh & Farrington (2007) que a curva da criminalidade indica que o pico da delinquência nas pessoas se dá na adolescência e que passada essa fase ela decresce.

²⁸ Estas equipas pertencem às Seções de Programas Especiais dos Destacamentos e trabalham no Programa Escola Segura.

4.2 Prevenção Através da Construção do Espaço

A prevenção situacional tem como fundamento o facto de se fazer aumentar os riscos de se cometer um crime. Deste modo, um indivíduo que pretenda cometer determinado crime poderá deixar de o fazer se os riscos associados ao ato forem demasiado elevados. Assim, deixa de valer a pena o cometimento de determinados crimes. Este tipo de prevenção é efetuado através da informação disponibilizada para o cidadão sobre determinados crimes o que, em contrapartida, implica que seja mais difícil para o infrator praticar esses mesmos crimes.

A prevenção do crime a nível local implica todas as mudanças feitas no sentido de se modificar as condições existentes que facilitem a prática de crimes. Estas condições anteriormente referidas não deverão ser entendidas como sendo apenas a construção urbana mas também o modo como as pessoas se relacionam com o ambiente.

Assim, a prevenção poderá ser efetuada em mais do que uma frente, podendo mesmo integrar as várias frentes para a resolução de problemas a este nível, nomeadamente, a prevenção social que visa essencialmente o fornecimento de condições para a vida em sociedade, educativas, culturais, sanitárias e o bem-estar.

Um dos princípios de implementação deste tipo de medidas determina que o “*design*” do espaço ajude efetivamente os habitantes nas suas rotinas, onde tudo é pensado desde a criação dos passeios às vedações e outros ornamentos de rua, que permitam que as pessoas sejam guiadas para os seus locais sem que haja obstáculos à sua vida.

Este tipo de programas visa também contrariar a teoria do “vidro partido”²⁹ mediante um controlo efetivo das incividades praticadas no bairro.

Para além disto ainda são referidas por Welsh & Farrington (2007) o uso de sistemas de videovigilância e também o aumento de iluminação das ruas. Relativamente ao primeiro, o autor refere que este tipo de medidas faz com que a prática de determinados crimes deixe de ser vantajoso para o indivíduo e, para além disso, exige que toda a ação seja devidamente planeada. Para além de tudo mais o sistema de videovigilância permite gravar a ação desenrolada e ainda pode reduzir o tempo disponível para se cometer o crime, sob pena de ser identificado. Relativamente à intensificação da iluminação das ruas, este tipo de medidas, segundo o autor, pode efetivamente prevenir o crime, dado que os possíveis autores de delitos podem ficar melindrados com a possibilidade de serem

²⁹ Assunto já tratado na p. 20.

reconhecidos ou até que alguém fora da situação os possa ver na prática do delito, para além de que a iluminação do espaço, em certas circunstâncias, diminui as oportunidades para o seu cometimento. A diminuição do crime e a boa iluminação contribuem em grande medida para uma melhoria da imagem de um bairro e também poderá aumentar o “*community pride optimism and coesion*” dos moradores. (Welsh & Farrington, 2007, p. 210)

4.3 Autores ou Possíveis Autores de Delitos

A prevenção da recaída pode ser garantida através da reintegração de pessoas que tenham sido condenadas na sociedade. Esta situação encaixará mais naturalmente naquilo que se relaciona com a toxicodependência, mas no entanto, vejamos a recaída no sentido de um indivíduo voltar a viver situações de criminalidade.

Para além de tudo mais, este tipo de prevenção poder ser aplicada no sentido de se conhecer as pessoas que frequentam o bairro. Assim, através da informação que possamos recolher a respeito de determinados indivíduos pode-se possibilitar a que as suas ações sejam controladas de uma forma mais eficaz.

4.4 Diagnósticos Locais de Segurança

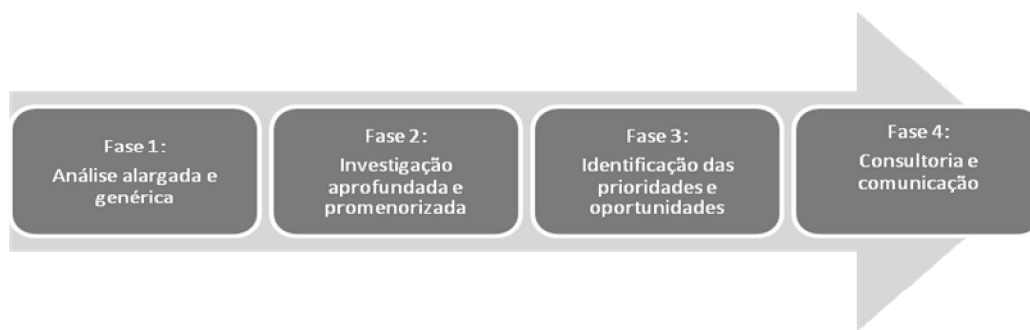
Para além do que anteriormente foi apresentado, o “Manual de Diagnósticos Locais de Segurança” da DGAI³⁰, desenvolve uma outra forma de fazer a prevenção da criminalidade, não de forma específica para os bairros problemáticos, mas que com as devidas cautelas pode ser aplicado.

Assim este manual refere, na sua essência, que a prevenção da criminalidade seja efetuada através de Diagnósticos Locais de Segurança que são feitos por equipas multidisciplinares que estudam os problemas de determinadas zonas em diversas frentes.

Estes diagnósticos são executados em quatro fases:

³⁰ Documento elaborado pelo Fórum Europeu para a Segurança Urbana.

Quadro 5 - Processo de Implementação de um DLS



Assim, na Fase 1, é essencialmente feita uma análise de todos os problemas existentes na área onde se incluem todas as incivildades. Para além disso, é feito também o estudo sobre as vítimas e as pessoas com maiores riscos de sofrerem algum tipo de ataque. Também é efetuado um estudo dos fatores que levam a que tal aconteça.

Na Fase 2, contempla-se o facto de se procurar saber mais aprofundadamente sobre alguns assuntos específicos. Esta fase surge no sentido de se aprofundar o estudo em determinados problemas, de todos os que foram apontados na fase anterior, mas também em recolher alguma informação adicional para a resolução do problema.

A Fase 3, surge no seguimento do estudo efetuado e depois de serem conhecidos os resultados, devendo, neste momento, ser procuradas as prioridades de atuação. Na prevenção pode não se conseguir agir em todas as frentes e assim, através desta identificação, são definidos os problemas em que se vai atuar em primeiro lugar ou aqueles que são mais urgentes resolver.

Por último a Fase 4, de implementação do DLS, implica a execução de uma consultoria, onde é dada a oportunidade de serem emitidas todas as opiniões dos colaboradores nos programas, onde são discutidos os seus pontos fortes e menos fortes e por fim onde são divulgados os seus resultados.

Essencialmente este tipo de prevenção envolve muitos colaboradores que trabalham cada um na sua área de formação no sentido de resolverem os problemas com eles relacionados.

Parte II – Parte Prática

Capítulo 5 - Trabalho de Campo

5.1. Introdução

O RCFTIA foi iniciado com uma abordagem teórica na qual foram esclarecidos os conceitos de Bairro Problemático, de Hot Spot e de Gueto. Através destas definições chegamos ao facto mais importante na ótica deste estudo, a percepção do sentimento de insegurança.

O sentimento de insegurança pode ser definido como a percepção que as pessoas têm da facilidade, ou da falta desta, em frequentarem determinado tipo de áreas.

No sentido de se promover uma resposta a esse sentimento de insegurança, as forças de segurança trabalham diariamente em ações que visam estabelecer a segurança naquelas zonas. Todas essas ações foram estudadas no capítulo 2 e tendem a adequar-se ao trabalho geral das forças de segurança em bairros/zonas problemáticas. Todas as formas de policiamento apresentadas foram testadas noutros países, com provas dadas nesta temática, sendo que a sua correta aplicação poderá dar bons frutos.

No último capítulo da parte teórica foram abordadas as formas de prevenção da criminalidade. Estas formas de prevenção podem ser aplicadas em diversas situações e também a diferentes grupos etários que residam ou que frequentam deste tipo de bairros.

Terminada a parte teórica passamos à parte prática do trabalho, na qual pretendemos dar resposta a algumas das perguntas de investigação já apresentadas. Neste capítulo faremos a exposição de todo o trabalho de campo realizado. Assim, iniciaremos com a apresentação da metodologia do trabalho de investigação, descrever-se-ão os métodos utilizados na recolha de informação e no final analisaremos as conclusões do trabalho efetuado.

5.2 Metodologia

O trabalho de investigação é essencial para desenvolver a ideia inicial e para desenvolver as teorias necessárias no sentido de se justificar as ideias explanadas. Assim, “a investigação científica inicia-se com uma ideia geral colhida da realidade ou refletida da teoria, que se converte, progressivamente, numa questão específica” (Freixo, 2011, p.27). É neste sentido que se revela este trabalho, iniciado pela ideia geral do que é noticiado nos OCS, e através daquilo que se pode retirar da ideia geral da opinião pública do que são, e como são tratados, os bairros problemáticos. Posteriormente, é feita a investigação para que no final se possa analisar e tirar as devidas conclusões daquilo que se acabou por analisar.

A questão específica acima apresentada por Freixo é respondida através da “seleção de um conjunto de procedimentos metodológicos que permitem efetuar observações, formular hipóteses e respetivo quadro teórico, coligir dados, analisá-los, (...) e depois interpretá-los”. O mesmo autor refere, por fim, que “o objetivo principal de qualquer investigação é obter respostas a perguntas previamente formuladas” (Freixo, 2011, p.27).

É neste sentido que o presente trabalho foi iniciado em abril de 2012, através da pesquisa e da análise documental principalmente na biblioteca do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), na biblioteca da Escola da Guarda e também através de livros requisitados noutras bibliotecas. Para além da análise de diversos livros foi também feita uma análise de documentos internos cedidos por oficiais da GNR.

A segunda fase deste trabalho foi feita através do método inquisitivo com base em entrevistas (Sarmiento, 2008) a uma amostra que foi previamente escolhida mediante dados obtidos, relativamente à existência de bairros problemáticos na ZA dos respetivos destacamentos territoriais.

5.3 Entrevistas

As entrevistas realizadas para o presente trabalho foram semiestruturadas ou semiformais (Sarmiento, 2008, p. 18), nas quais se procurou obter resposta às perguntas comuns, mas também se pretendeu que fosse acrescentada alguma informação para além

do pedido no guião das entrevistas. Esta é uma amostra de “testemunhas privilegiadas (...) pela sua posição, ação ou responsabilidades” (Quivy, 2008, p.71).

Para este trabalho foram realizadas 7 entrevistas a comandantes de destacamento com bairros problemáticos existentes na sua ZA, segundo dados da GNR. Estes destacamentos são os destacamentos territoriais de Gaia, Felgueiras, Matosinhos, Almada, Setúbal e Coruche. Está também incluído nas entrevistas o Subdestacamento de Alcabideche.

Todas estas entrevistas foram posteriormente tratadas através de quadros de análise, onde são comparadas, para daí se retirarem as devidas conclusões.

A constituição dos entrevistados e a sua caracterização consta na tabela seguinte:

Quadro 6 - Caraterização dos entrevistados

Entrevistados	Género	Posto	Valência	Função
Entrevistado 1 Vítor Salgueiro	Masculino	Capitão	Infantaria	CMDT Destacamento Matosinhos
Entrevistado 2 Rui Ferreira	Masculino	Capitão	Cavalaria	CMDT Destacamento Gaia
Entrevistado 3 Feliciano Amaral	Masculino	Capitão	Infantaria	CMDT Destacamento Almada
Entrevistado 4 Sandro Oliveira	Masculino	Capitão	Cavalaria	CMDT Destacamento Coruche
Entrevistado 5 Adriano Rocha	Masculino	Capitão	Infantaria	CMDT Destacamento Felgueiras
Entrevistado 6 Mário Martins	Masculino	Tenente	Infantaria	CMDT Destacamento Setúbal
Entrevistado 7 Emanuel Massa	Masculino	Tenente	Infantaria	CMDT SubDestacamento Alcabideche

5.4 Meios Utilizados

As entrevistas foram realizadas presencialmente, e gravadas com o uso de telemóvel Samsung. Posteriormente, todas elas foram transcritas para documento word para depois serem analisadas.

5.5 Análise das Entrevistas

• Análise de conteúdo à pergunta nº 1

No quadro 7 apresenta-se a análise de conteúdo à pergunta nº 1: Caraterize os bairros na sua Zona de Ação:

Quadro 7 - Análise de conteúdo à Pergunta n.º 1

Entrevistados	Resposta
Entrevistado 1	<ul style="list-style-type: none"> – Os seus habitantes têm baixos rendimentos. – (...) trabalhos menos bem remunerados (...) são desempregados ou auferem algum tipo de subsídio.
Entrevistado 2	<ul style="list-style-type: none"> – (...) o rendimento social de inserção, o que faz com que haja muita gente sem ocupação. – (...) nos bairros são grande parte pessoas desempregadas (...) Filhos com idades entre os 16/18 anos que já se dedicam a pequenos delitos.
Entrevistado 3	<ul style="list-style-type: none"> – (...) comunidade de cor, negra, e com muita juventude e essa juventude ou são estudantes ou desempregados. – bairro em que já tem população cigana o que varia um pouco a caraterização do bairro.
Entrevistado 4	<ul style="list-style-type: none"> – Dominantemente de etnia cigana, alguns deles com grande densidade de “barracas” e difíceis acessos de entrada e com maus pontos de vigilância.
Entrevistado 5	<ul style="list-style-type: none"> – (...) constituídos por pessoas de etnia cigana em que o que foi feito foi deslocá-los do sítio onde estavam para ali. – Estas pessoas vivem essencialmente de subsídios e não possuem trabalho.
Entrevistado 6	<ul style="list-style-type: none"> – São bairros aparentemente normais (...). – (...) construção modesta e as pessoas que lá vivem têm poucas posses.
Entrevistado 7	<ul style="list-style-type: none"> – há bairros só sociais e bairros que em parte são sociais e em parte são de habitações de custo controlado. – (...) pessoas de origem africana e que trabalham nas obras, como cantoneiros, no fundo nos serviços.

A esta pergunta as respostas são bastante similares. Encontra-se um fio que interliga as condições dos bairros nestas zonas. Grande parte dos habitantes pertence a minorias (raça cigana e raça negra). Também se verifica que a maioria dos habitantes destes bairros auferem subsídios como forma de subsistência. Os que têm trabalho, fazem-no em situações onde são menos bem remunerados.

Como refere o entrevistado 5, um dos problemas na origem destes bairros é o facto de ter havido a deslocação dos habitantes de um local para outro. Isto significa que a resolução do problema inicial passou apenas por retirar os habitantes das “barracas” onde viviam para as novas habitações.

Noutros bairros como refere o entrevistado 7 existem também as chamadas “casas de custo controlado” que servem para alojar famílias por uma renda mais baixa.

- **Análise de conteúdo à pergunta nº 2.**

No quadro 8 é apresentada a análise à pergunta nº 2: Qual a relação da GNR com a generalidade das pessoas do(s) bairro(s)?

Quadro 8 - Análise de Conteúdo à Pergunta n.º 2

Entrevistados	Resposta
Entrevistado 1	– Boa, Pacífica. De respeito das pessoas para nós e de nós para elas.
Entrevistado 2	<ul style="list-style-type: none"> – Bom relacionamento. São bairros problemáticos mas o relacionamento é bom principalmente na zona de Gaia. – Em Gondomar isto não existe e o relacionamento é essencialmente em inquéritos ou investigação. O sentimento hostil existe mas não temos problemas em lá ir. – Pela população mais velha não temos qualquer tipo de problemas, com os mais jovens, já é diferente.
Entrevistado 3	<ul style="list-style-type: none"> – Em algumas dessas zonas urbanas não temos qualquer tipo de problemas (...). – Algumas relações mais complexas e nem sempre acontecem, depende das alturas, (...) bairro com bastante população juvenil e que também gostam de se divertir.
Entrevistado 4	– Uma relação fria, pois, 90% dos contatos têm a ver com detenções,

	notificações, contraordenações e/ou buscas.
Entrevistado 5	<ul style="list-style-type: none"> – Má. A relação é má. – Esta relação tem a ver essencialmente com a cultura das pessoas, elas foram ali colocadas e não lhes foi transmitida a forma de viver naqueles sítios.
Entrevistado 6	<ul style="list-style-type: none"> – Boa. Não existe notícia de haver grandes crispções.
Entrevistado 7	<ul style="list-style-type: none"> – Existe uma boa relação, na generalidade é claro. – Isto porque a maioria das pessoas que reside nestes bairros são pessoas de bem, são pessoas que têm o seu trabalho.

Relativamente a este ponto verifica-se que na generalidade das situações a relação entre a Guarda e as pessoas que vivem nos bairros é boa. Como refere o entrevistado 1 a relação é de respeito em relação às pessoas e de respeito delas para com a Guarda. Esta relação reflete que aquilo que é demonstrado pela Guarda em relação às pessoas, é refletido das pessoas para a Guarda. Neste caso específico o sentimento de respeito.

Na maioria dos casos o que se verifica é que quando a atuação é essencialmente na prossecução da missão da Guarda o sentimento da população em relação à Guarda é um pouco diferente. Nesta parte, o entrevistado 4 mostra efetivamente que sendo a atuação virada para o cumprimento de mandados, notificações e para a execução de operações em que o resultado culmina na detenção de algum indivíduo, a relação torna-se mais hostil.

Outra situação de referir é em relação à população mais jovem que é aquela que apresenta mais sinais de insatisfação relativamente à presença da Guarda nos bairros, como é referido pelos entrevistados 2 e 3.

O entrevistado 5 refere um aspeto importante, que é o facto de as pessoas terem sido transferidas para as habitações sociais, vindas de zonas em que habitavam em “barracas”. Refere que não houve uma aculturação das pessoas ao novo estilo de vida e deste modo contribui para a difícil relação das pessoas com a Guarda.

Verifica-se ainda, segundo o entrevistado 7 que na generalidade os habitantes dos bairros são pessoas de bem que têm o seu trabalho e que durante a maior parte do tempo estão fora dos bairros.

- **Análise de conteúdo à pergunta nº 3**

No quadro 9 é apresentada a análise à pergunta nº 3: Há ou tem havido algum tipo de incidentes com militares seus nessas zonas? Qual a evolução deste tipo de situações?

Quadro 9 - Análise da Conteúdo à pergunta n.º 3

Entrevistados	Resposta
Entrevistado 1	<ul style="list-style-type: none"> – Agora nada. Há 10 anos atrás havia muita confusão. Há cerca de 5 começaram a incidir mais forte no bairro. – Não digo que não haverá maus sentimentos em relação à Guarda, porque há, mas ninguém mostra isso.
Entrevistado 2	<ul style="list-style-type: none"> – Não há problemas. – Quando há uma situação para resolver e que tenha de haver um detido, aí há quase sempre problemas.
Entrevistado 3	<ul style="list-style-type: none"> – Maior parte das vezes não existe problemas. – Há alturas que ou após algumas intervenções nossas (...) que depois alguns dos jovens quando veem a patrulha mandam algumas bocas, chamam alguns nomes, injúrias, em uma ou outra situação atiram pedras e fogem, escondem-se.
Entrevistado 4	<ul style="list-style-type: none"> – Sim. O mais grave resultou na morte de um indivíduo de etnia cigana a tiro por um militar e várias situações de confronto físico resultando escoriações.
Entrevistado 5	<ul style="list-style-type: none"> – Ultimamente não. O último incidente já se reporta a 2007/2008 (...).
Entrevistado 6	<ul style="list-style-type: none"> – Não. De uma maneira geral não.
Entrevistado 7	<ul style="list-style-type: none"> – Não.

No que respeita à questão colocada, a maioria dos entrevistados refere que não há incidentes com os militares da Guarda na generalidade das ações desenvolvidas nos bairros.

Como referem os entrevistados 2 e 3 os incidentes acontecem quando há a necessidade a agir em situações específicas. São exemplos as situações de violência doméstica ou casos em que haja um detido.

Outras situações em que os incidentes podem acontecer, como refere o entrevistado 3 são após intervenções da Guarda no bairro. Após a execução de uma operação, independentemente do tipo de operação, acontece que após estas situações o sentimento de hostilidade no bairro é superior.

O entrevistado 1 afirma que as situações de conflitualidade entre as pessoas dos bairros e a Guarda já foram em maior número, mas que ao longo dos tempos têm vindo a diminuir. Como refere, o sentimento de hostilidade existe mas não é demonstrado. Relativamente a isto, também o entrevistado 5 refere que o último incidente já foi há algum tempo e desde aí não se tem registado mais nenhum.

O único que admite que têm havido incidentes na sua área é o entrevistado 4.

- **Análise de conteúdo à pergunta nº 4**

No quadro 10 é apresentada a análise à pergunta nº 4: Com que frequência o bairro é policiado?

Quadro 10 - Análise de Conteúdo à Pergunta n.º 4

Entrevistados	Resposta
Entrevistado 1	– Diariamente. Todos os dias há patrulhas com giro definido para passar nos bairros.
Entrevistado 2	– Poderão não passar nos três turnos pelos bairros, mas diariamente todos os bairros são policiados.
Entrevistado 3	– Todos os dias nós conseguimos fazer por posto três patrulhas às ocorrências, claro que essas patrulhas às ocorrências não são só para o bairro.
Entrevistado 4	– Com bastante regularidade.
Entrevistado 5	– Diariamente.
Entrevistado 6	– Diariamente.
Entrevistado 7	– Os bairros são patrulhados diariamente.

É consensual a resposta a esta questão. Todos os entrevistados afirmam que os bairros são policiados diariamente. Embora as patrulhas nomeadas pelos postos não tenham a missão específica de policiar os bairros, elas, no seu turno, efetuam o patrulhamento nos bairros, como refere o entrevistado 2.

O entrevistado 7 refere ainda que a patrulha faz questão em passar nos bairros, para além da visibilidade e do patrulhamento geral, visando também recolher indícios relacionados com a prática de determinados crimes.

Todos são unânimes ao dizer que esta parte é muito importante na ação da Guarda nos bairros, isto porque se torna fundamental mostrar a proximidade e também mostrar que a Guarda está atenta em relação ao que se passa nestes locais.

• **Análise de conteúdo à pergunta nº 5**

No quadro 11 é apresentada a análise à pergunta nº 5: Como é que atua normalmente nessas zonas? Para além do policiamento diário, como operações ou ações específicas para combater a criminalidade nestas zonas?

Quadro 11- Análise de Conteúdo à Pergunta n.º 5

Entrevistados	Resposta
Entrevistado 1	<ul style="list-style-type: none"> – (...) fazemos operações a cada duas semanas, em horário diferentes, com base em informação recolhida. – no planeamento mensal, o DI reforça o patrulhamento.
Entrevistado 2	<ul style="list-style-type: none"> – (...) podemos fazer uma operação organizada no destacamento em que controlamos entradas e saídas de pessoas e viaturas devido ao tráfico de droga. – Também fazemos a fiscalização de estabelecimentos existentes nesses bairros porque são zonas propícias a ajuntamento de pessoas com alguma prática delituosa.
Entrevistado 3	<ul style="list-style-type: none"> – (...) as patrulhas às ocorrências que são diariamente três. – (...) temos a patrulha da noite que é composta por três militares. – (...) o reforço da UI (...). – E equipas do PIR do nosso Destacamento de Intervenção. – (...) quando possível são nomeadas equipas específicas para tratamento de determinadas situações, (...) uma patrulha para os transportes públicos, (...)

	<p>para policiamento em determinados bairros ou junto de determinados estabelecimentos que possam estar a ser alvo de roubos (...), muitas vezes com patrulhamento à civil (...).</p> <p>– (...) temos três tipos de operações: operações no âmbito do Plano de Atividades Operacional (PAO), (...) no âmbito de rusgas em que indivíduos são alvos de revistas em espaços públicos (...), operações especiais de prevenção no âmbito do artº109 e seguintes da lei das armas.</p>
Entrevistado 4	<p>– Operações inopinadas aos acessos dos bairros.</p>
Entrevistado 5	<p>– as Forças de Intervenção (...) que essas forças vêm essencialmente patrulhar os bairros.</p> <p>– À parte disso há também as operações de combate à criminalidade violenta e as PAO do destacamento.</p> <p>– Por exemplo controlar quem entra e quem sai.</p> <p>– Passar a mensagem que nós estamos atentos, pois o foco de instabilidade e os problemas partem destes bairros.</p>
Entrevistado 6	<p>– De maneira geral a patrulha faz o patrulhamento, observando e recolhendo informações.</p> <p>– Atuações mais musculadas não tem sido necessário.</p>
Entrevistado 7	<p>– As operações de grande envergadura são planeadas pelo Destacamento.</p> <p>– (...) temos feito fiscalizações a estabelecimentos dentro dos bairros (...).</p> <p>– (...) também fiscalizações de trânsito (...).</p> <p>– Buscas têm sido feitas no âmbito de processos.</p>

Complementando o patrulhamento diário são planeadas outro tipo de operações. Estas operações por um lado funcionam como forma de prevenir, através da presença da Guarda nos bairros, e por outro visam dar a entender que a Guarda está atenta aos problemas do bairro.

Os entrevistados na sua generalidade afirmam que têm reforço às patrulhas através dos destacamentos de intervenção da sua zona e para além disso existem operações planeadas.

Podemos destacar dois tipos de situações que se verificam com maior frequência, sendo elas o controlo de entradas e saídas dos bairros bem como a fiscalização de estabelecimentos.

Para além de tudo isto há ainda as operações no âmbito de processos, que aumentam a presença da Guarda nos bairros. Como afirma o entrevistado 5 mais do que resultados, algumas das operações servem essencialmente para mostrar presença.

- **Análise de conteúdo à pergunta nº 6.**

No quadro 12 é apresentada a análise à pergunta nº 6: Existe algum conhecimento do tipo de pessoas que habitam esses bairros? (nomeadamente jovens delinquentes, criminosos referenciados, crianças e jovens propícios a serem delinquentes). Como é obtido esse conhecimento?

Quadro 12 - Análise de Conteúdo à Pergunta n.º 6

Entrevistados	Resposta
Entrevistado 1	– Sim. Temos uma base de dados com informações acerca de pessoas referenciadas.
Entrevistado 2	– Temos grande parte das pessoas referenciadas, isso é o que nos leva algumas vezes (...) a recuperar algum do material furtado. – Todos estão referenciados e que estão a ser seguidos através dos inquéritos que temos dos NIC.
Entrevistado 3	– Sim existe um conhecimento da população. Precisamos sempre de conhecer a população no contexto social, económico. – (...) temos de ter um conhecimento dos jovens ou outros menos jovens com tendência para a delinquência e para os ditos desvios. Eles estão todos identificados em algumas bases de dados nossas. – Obviamente desde o militar que faz as notificações do tribunal ou para efetuar o pagamento de determinada multa, esse próprio militar conhece as pessoas ao ponto de dizer o que elas já terão praticado. Esse conhecimento fala-se no posto. – (...) informação recolhida pelo Núcleo Escola Segura acerca de jovens que começam com comportamentos desviantes e os prolongam à idade adulta.

Entrevistado 4	<ul style="list-style-type: none"> – Existe um conhecimento a nível de índole dos residentes, suas ocupações e referências a práticas de ilícitos. – NPE integra as equipas das Escolas e CPCJ de modo a acompanharem a “evolução” de jovens com desvios.
Entrevistado 5	– Existe. Estão referenciados.
Entrevistado 6	– De uma maneira geral eles estão referenciados.
Entrevistado 7	– Sim. Obviamente existe.

A resposta à pergunta apresentada é similar para todos os entrevistados. Como refere o entrevistado 2 é este procedimento de referenciar os indivíduos suspeitos da prática de ilícitos que leva a que, por vezes, se encontre material furtado ou roubado.

Toda a informação acerca das pessoas referenciadas é guardada em bases de dados do destacamento como indica o entrevistado 3, que também refere que a informação recolhida em ações nos bairros é depois transmitida entre os militares no posto. Segundo o mesmo, esta prática permite recolher e tratar o máximo de informação possível e também permite auxiliar em ações de investigação.

Também muito importante é o facto de haver um acompanhar dos jovens que se dedicam a alguns atos ilícitos ainda nas escolas, isto porque, como refere o entrevistado 3, a prática de ilícitos pode prolongar-se até á idade adulta.

O entrevistado 4 aborda o facto de ter de haver uma colaboração entre instituições no sentido de fazer um acompanhamento dos jovens referenciados.

• **Análise de conteúdo à pergunta nº 7**

No quadro 13 é apresentada a análise à pergunta nº 7: Há algum acordo/trabalho conjunto com a Câmara Municipal, organizações ou outras entidades para prevenção/trocas de informação sobre a criminalidade? Como é que trabalha com essas instituições?

Quadro 13 - Análise de Conteúdo à Pergunta n.º 7

Entrevistados	Resposta
Entrevistado 1	– (...) os nossos programas especiais planeiam, através da SPE, ações de sensibilização (...) coordenam outras atividades e também recolhem muita

	<p>informação.</p> <ul style="list-style-type: none"> – (...) a Comissão de Proteção de Crianças e Jovem (CPCJ) que nos dão muita informação que nos permitem referenciar situações mais problemáticas. – Normalmente temos reuniões com essas entidades e isto permite que haja uma boa troca de informação. – (...) as escolas são uma boa fonte de informação (...). – O importante é haver trocas de informação, tanto deles para nós como de nós para eles.
Entrevistado 2	<ul style="list-style-type: none"> – Trabalhamos com várias instituições. Recolhemos informação de várias instituições. – (...) com algumas instituições de combate ao consumo de droga, umas da câmara e outras são organizações sem fins lucrativos. – Recebemos também informações das Juntas de Freguesia. – Em Gondomar (...) os bairros estão um pouco mais abandonados em termos de acompanhamento. – (...) vamos à Câmara e facilitam-nos a chave da entrada. – (...) programas especiais nos bairros sociais em si fazem pouco trabalho (falta de efetivo). – (...) trabalho mais próximo das escolas frequentadas por indivíduos provenientes destes bairros problemáticos.
Entrevistado 3	<ul style="list-style-type: none"> – Existem algumas organizações, (...) através da prática desportiva, do acompanhamento de estudo, que em concreto não fazem a prevenção criminal mas indiretamente é isso. – Acordos não há mas colaboramos quando é preciso. Ocasionalmente há trocas de informação em reuniões com várias instituições.
Entrevistado 4	<ul style="list-style-type: none"> – A Câmara Municipal relativamente à troca de informações sobre quem habita as “barracas”.
Entrevistado 5	<ul style="list-style-type: none"> – Existem os chamados CLAS que infelizmente ficam à quem do esperado. – Esses jovens estão referenciados pela CPCJ, procura-se informação junto dos bairros, a Câmara agenda umas ações de sensibilização, a Guarda participa. Mas não passa disso. – Há muita troca de informação, protocolos mas não há este acompanhamento, e na prática acontecem apenas umas ações de

	sensibilização. – A Seção de Programas Especiais (...) trabalham muito bem com as escolas.
Entrevistado 6	– Começando desde logo com a Seção Programas Especiais do destacamento com algumas ações de sensibilização nas escolas para os problemas. – Em termos da Câmara municipal existe o Quadro Local de Ação Social.
Entrevistado 7	– Existem entidades Camarárias e entidades privadas de solidariedade.

A interação com outras entidades externas à Guarda é feita. Esta interação serve para troca de informação, segundo a generalidade dos entrevistados, ou também no apoio ao planeamento de operações como refere o entrevistado 2.

O entrevistado 1 refere que o importante nas trocas de informações é a reciprocidade no fornecimento de informação.

Esta troca de informações funciona bem, no geral, no entanto existem alguns entrevistados, nomeadamente os entrevistados 2 e 5 que apontam algumas falhas no trabalho realizado por algumas instituições.

O entrevistado 5 refere ainda que os protocolos realizados na sua ZA são bons e com boa base de trabalho, mas no entanto falham quando chega o momento de passar à prática. Refere ainda que existem falhas no acompanhamento dos jovens em idades mais baixas, no sentido de os ocupar, evitando que eles tenham disponibilidade de acompanhar os indivíduos mais velhos que praticam alguns ilícitos.

O entrevistado 3 dá alguns bons exemplos do que é feito na sua ZA no sentido de obter os resultados supra referidos, fazendo menção de que a prática desportiva e outras atividades permitem ocupar os jovens e impedir que eles enveredam pela prática de crimes.

Para além do referido, todos os entrevistados tecem elogios naquilo que tem sido o trabalho das SPE dos seus destacamentos na relação que estas cultivam com as escolas da sua ZA. Estas SPE através do núcleo Escola Segura vão às escolas fazer ações de sensibilização e visitas das escolas aos destacamentos da Guarda.

• **Análise de conteúdo à pergunta nº 8**

No quadro 14 é apresentada a análise à pergunta nº 8: Há melhorias a fazer relativamente a estas situações? Quais?

Quadro 14 - Análise de Conteúdo à Pergunta n.º8

Entrevistados	Resposta
Entrevistado 1	<ul style="list-style-type: none"> – Esta relação funciona bem. Existem reuniões que permitem a troca de informação. – Por vezes acontece que as instituições vão para além daquilo que é a sua responsabilidade (...).
Entrevistado 2	<ul style="list-style-type: none"> – (...) as pessoas que têm algum papel na decisão e orientam o trabalho dos militares deveriam ter um pouco mais de tempo disponível (...). – (...) com mais militares conseguíamos fazer uma melhor recolha de informação como para fazer um policiamento mais eficaz.
Entrevistado 3	<ul style="list-style-type: none"> – (...) podemos melhorar, com outra forma de fazer as coisas, melhorar processos, melhorar a própria formação dos Guardas, a forma de atendimento. – (...) se nós tratarmos bem as pessoas, dificilmente as pessoas nos tratam mal. Mesmo falando de bairros problemáticos, principalmente falando de bairros problemáticos.
Entrevistado 4	<ul style="list-style-type: none"> – Nada a referir.
Entrevistado 5	<ul style="list-style-type: none"> – (...) as instituições trabalham umas independentemente das outras. – E ninguém os está a trabalhar e a encaminhar. Não há um trabalho de socialização, de aculturação, de educação, de sensibilização, para conduzir estas pessoas para aquilo que nós entendemos serem os comportamentos e atitudes corretas do dia a dia de um cidadão. – Acabou-se com o problema visual mas não houve a preocupação de os aculturar.
Entrevistado 6	<ul style="list-style-type: none"> – Sim, quanto mais pensarmos em trabalhar em conjunto para um bem comum e deixarmos de segurar informação.
Entrevistado 7	<ul style="list-style-type: none"> – Tem sido feito um bom trabalho. E de algum modo tem tido bons resultados. – Por norma os mais velhos ensinam aos mais novos e não se tem notado o surgimento desta faixa mais nova a surgir, pelo menos por enquanto.

A relação entre a Guarda e outras instituições neste âmbito pode-se revelar boa. No entanto, como é referido por alguns dos entrevistados, melhorias podem sempre ser feitas.

Neste ponto cada entrevistado refere diferentes aspetos a melhorar, sendo que todos são unânimes ao referirem que o sucesso está relacionado com a forma como têm vindo a trabalhar com as instituições ou organizações da zona.

Na prática o que pode acontecer é haver instituições que trabalhem para além das suas responsabilidades, como indica o entrevistado 1, ou então haver um esforço no sentido de haver um trabalho conjunto para o mesmo fim, segundo a opinião do entrevistado 6.

O entrevistado 2 indica que as pessoas que têm capacidade de decisão e que têm funções de chefia, como é o caso dos comandantes de destacamento ou de posto, têm o seu dia demasiado ocupado no interior dos mesmos, não ocorrendo um espaço de tempo para que possam acompanhar as situações na sua ZA ou até poderem participar em reuniões em que o tema seja debatido. Para além disso, há também o problema de efetivo que afeta o trabalho no terreno. Com um maior efetivo facilitar-se-ia a obtenção e o tratamento de mais informação.

O entrevistado 3 aborda a forma como é feita a atuação nos bairros. Este entrevistado defende que o diálogo e o respeito resolvem parte dos problemas, independentemente de se estar a trabalhar com pessoas que à partida cultivam um mau sentimento em relação à Guarda. Assim, as melhorias a apontar serão relativas à formação dos Guardas e também à forma como é feito o atendimento por parte destes.

O entrevistado 5 qualifica o trabalho das instituições de insuficiente na prevenção da criminalidade. Este refere que os indivíduos mais jovens não estão a ser acompanhados e todas as instituições trabalham independentemente umas das outras.

Em contrapartida, o entrevistado 7 refere que há um bom trabalho feito entre instituições e para além disso ainda refere que se vai notando uma evolução. Esta evolução prende-se com o facto de os indivíduos mais jovens não se destacarem por acompanhar ou por aprender com indivíduos mais velhos as práticas ilícitas.

Para além de tudo isto o entrevistado 5 aponta o facto de as pessoas que habitam os bairros, terem sido lá colocadas sem que tenha havido a preocupação se eles seriam ou não capazes de se habituar à nova forma de vida. Tendo-se acabado com um problema visual, as “barracas”, manteve-se o problema social.

• **Análise de conteúdo à pergunta nº 9**

No quadro 15 é apresentada a análise à pergunta nº 9: Como classifica o grau de segurança nesse (s) bairro (s)? Este grau de segurança tanto é referente às pessoas que lá moram, como em relação à GNR quando lá passa como também relativamente a pessoas estranhas ao bairro

Quadro 15 - Análise de Conteúdo à Pergunta n.º 9

Entrevistados	Resposta
Entrevistado 1	– Bom.
Entrevistado 2	<ul style="list-style-type: none"> – Em termos de segurança para as pessoas de lá, quase nunca têm problemas. – Com a Guarda, depende do tipo de serviço que lá formos fazer. – Se for para fazer umas buscas, é uma situação que traz um mau estar no bairro.
Entrevistado 3	<ul style="list-style-type: none"> – (...) uma ou duas vezes por ano há uma desordem complexa. – (...) que tem vindo a diminuir o número de ocasiões em que isso acontece, talvez do fruto de um maior diálogo entre nós e a população.
Entrevistado 4	<ul style="list-style-type: none"> – (...) para os militares, desde que seja em simples patrulhamento (...) passagens são feitas sem incidentes. – Caso contrário, há grande probabilidade de se gerar confusão com aglomerado de habitantes dos bairros.
Entrevistado 5	<ul style="list-style-type: none"> – O que acontece é que estas pessoas cometem os crimes fora do bairro e depois regressam. – No período diurno qualquer pessoas pode ir ao bairro, não tem qualquer problema. No período noturno é que pode ser mais difícil uma pessoa andar pelo bairro sem que nada lhe aconteça.
Entrevistado 6	– Apesar de referenciados como bairros problemáticos já falei com os comandantes de posto se realmente consideramos aqueles bairros como problemáticos ou não.
Entrevistado 7	<ul style="list-style-type: none"> – Os bairros já tiveram fases conturbadas, mas isso é passado. – (...) as patrulhas andam lá sem problemas (...). – Já tivemos patrulhas apeadas dentro dos bairros.

Os bairros no geral não apresentam perigo para quem os frequenta, sejam pessoas do bairro, militares da Guarda, ou mesmo pessoas externas aos bairros.

Para o entrevistado 2, estas situações dependem do serviço a efetuar, como refere, se for em situações normais não há qualquer perigo mas se pelo contrário a Guarda for em alguma diligência devido a problemas, a situação já muda.

O entrevistado 3, foca mais uma vez que o diálogo é um fator importante no sentido de diminuir as situações mais difíceis e refere que com esta prática, a relação tem vindo a melhorar. No entanto, também diz que poderá acontecer uma ou outra situação mais complexa.

Como nos diz o entrevistado 5, há indivíduos que praticam os crimes fora do bairro e depois regressam ao mesmo. Tudo isto interfere com o sentimento de insegurança falado no início do presente trabalho.

O entrevistado 7, fala dos bairros como locais onde é possível fazer o trabalho diário com a normalidade necessária. Diz que os bairros já tiveram fases mais difíceis mas que ao longo do tempo tudo isso foi possível de resolver.

Também refere que em alturas em que havia um excedente de efetivo, eram destacadas patrulhas apeadas para os bairros em que a sua missão era só manter segurança nos bairros.

5.6 Conclusões à Análise das Entrevistas

As entrevistas realizadas foram de uma forma geral muito importantes para a realização deste estudo. Deste modo foi possível compreender de que forma está estruturada a atuação da Guarda em relação aos bairros problemáticos.

Assim, podemos verificar que apesar de estarem referenciados todos os casos mais problemáticos há alguns deles que poderão estar mal identificados, como nos é apresentado.

Por outro lado, todos os casos estão a ser acompanhados pelos Destacamentos que têm à sua responsabilidade os bairros referenciados e verifica-se que o trabalho realizado é de especial importância, no sentido de se garantir uma melhor satisfação do sentimento de segurança.

Os bairros a policiar pela Guarda são essencialmente constituídos por pessoas pertencentes a minorias, como é o caso de indivíduos de raça cigana ou negra, e na sua generalidade, ou não possuem emprego e estão dependentes de subsídios, ou estão empregadas em condições relativamente más, com trabalhos duros e menos bem remunerados. Muitas destas famílias, que por vezes são numerosas, recorrem a práticas ilícitas como forma de garantir dinheiro extra e mais fácil de obter. Por vezes quem pratica estes atos são os membros mais novos da família.

Toda estas situações de criminalidade identificadas e referenciadas pela Guarda leva a que sejam feitas nos bairros algumas ações de prevenção em que o objetivo por vezes não visa, logo à partida, a apreensão de objetos ou a constituição de detidos, mas essencialmente fomentar a imagem dentro dos bairros. estando a Guarda atenta às situações que lá se passam.

As ações que mais vezes são referidas, são o controlo de indivíduos e de viaturas nas entradas e saídas dos bairros e também a fiscalização de estabelecimentos. Essencialmente locais onde é propício o aglomerar de indivíduos porque, como foi dito, estes bairros são habitados essencialmente por pessoas desempregadas e sem ocupação. Paralelamente, decorrem também as situações do trabalho necessário no âmbito de processos de inquérito delegados pelo Ministério Público, como as buscas e as rusgas.

Na generalidade, não há incidentes com os militares quando estes se deslocam ao bairro. Somente acontecem situações deste tipo quando estamos na presença de casos relacionados com situações de violência doméstica ou quando há a necessidade de deter algum indivíduo. Estas são ocasiões propícias a haver um aglomerar de habitantes do bairro que querem saber o que se passa e até agem em defesa dos indivíduos sobre quem a Guarda atua. São possíveis de observar casos em que parte da população se coloca do lado da Guarda.

De forma ampla, a população é conhecida e os casos mais problemáticos estão devidamente referenciados, há um trabalho conjunto com associações que trabalham nos bairros, Câmaras Municipais e também interação, em determinados aspetos, com escolas da área.

No entanto, devemos referir que nem todas estas situações decorrem com a estabilidade necessária, havendo locais em que esta interação não é devidamente aproveitada.

Em todas as zonas estudadas, os bairros apresentam-se como sendo locais onde há um respeito relativo à Guarda e onde esta atua devidamente e com a coercividade necessária. Há ainda a referir que existem zonas referenciadas como problemáticas e que não apresentam nenhuma característica para que possam ser classificadas como tal.

Capítulo 6 - Conclusões e Recomendações

6.1 Introdução às Conclusões

A realização deste RCFTIA visa verificar essencialmente qual a situação relativamente à garantia de segurança em relação aos bairros problemáticos.

Deste modo, neste novo capítulo, vamos essencialmente comparar as hipóteses inicialmente apresentadas e estabelecer a ligação entre estas e os resultados obtidos na realização e análise das entrevistas.

A validação das hipóteses lançadas no início do trabalho permitirá que as questões derivadas sejam posteriormente respondidas. A verificação destas duas ferramentas permitir-nos-á no final alcançar a questão central, estabelecendo-se, deste modo, o cumprimento dos objetivos delineados inicialmente.

6.2 Verificação das Hipóteses

Neste subcapítulo, mediante a análise já efetuada e considerando todos os pontos argumentados nas entrevistas, tentaremos comprovar, ou não, as hipóteses apresentadas no início do trabalho.

Assim sendo, o resultado desta avaliação será traduzido na refutação ou aceitação das hipóteses apresentando os seguintes resultados: Hipótese Validada ou Hipótese Refutada.

Relativamente à **H1: Existe um conhecimento geral da população que habita nos bairros**, verifica-se pela resposta à pergunta 1 que a população dos bairros, na sua generalidade, é conhecida. O tipo de informação mais recolhida tem a ver com o padrão de população que lá mora, as fontes de rendimento e a situação social e económica.

Para além disto, e ainda mais importante na atuação da Guarda, é o que se verifica em relação às pessoas referenciadas. Pelas respostas à pergunta 6, verifica-se que os

indivíduos ou grupos referenciados, ou estão sob investigação, ou então são conhecidas as suas respetivas práticas delituosas.

Podemos também afirmar que o ambiente social que caracteriza os bairros coincide com o que foi apresentado na parte teórica, nomeadamente no capítulo 2 deste trabalho.

Em **H2: Os bairros estão inacessíveis às forças policiais** verifica-se precisamente o contrário, refutando assim esta hipótese. Esta hipótese é refutada pelas respostas à pergunta 2 das entrevistas. Os bairros que estão na ZA da Guarda e que estão referenciados em documentos da instituição são devidamente monitorizados e são patrulhados diariamente. Para além disso, podemos também referir que os militares ao realizarem o seu patrulhamento normal passam obrigatoriamente dentro dos bairros. Verifica-se também que “a patrulha faz questão de passar sempre por lá”, como refere o entrevistado 7 à pergunta 4.

A ideia de haver bairros em que a Guarda não entra, ou só o faz através do apoio de forças mais musculadas, é uma ideia que está errada. Pelas respostas à pergunta 3 das entrevistas, nomeadamente como refere o entrevistado 1, verifica-se que já houve tempos conturbados, mas com as atuações que se foram fazendo a este nível, alterou-se a aceitação da Guarda por parte das pessoas.

No seguimento da segunda hipótese vem a **H3: É difícil policiar os bairros problemáticos**, esta nova hipótese vem também ela ser refutada pois como já vimos, pelas respostas à pergunta 4, o policiamento é feito e não há problemas a registar, salvo em algumas situações específicas.

A resposta a esta questão do policiamento é unânime e de uma forma geral ela encaixa no que diz o entrevistado 2 em resposta à pergunta 2 “incidentes aquando da patrulha a policiar não há”.

Pelas respostas à pergunta 3, os problemas mais graves que podem acontecer verificam-se quando a atuação da Guarda dentro dos bairros se deve a ações já desencadeadas pelos moradores, ou alguns deles, ou então quando há a necessidade de intervir fruto da atividade diária desta instituição.

O entrevistado 2, em resposta à pergunta 3, esclarece bem esta situação dizendo: “Quando somos chamados para situações de violência doméstica ou para fechar estabelecimentos fora do horário, nesses casos há incidentes a registar, seja por injúrias ou tentativas de agressão”. Para além deste, o entrevistado 3 em resposta à pergunta 2

completa esta ideia dizendo “nestes casos a comunidade mais jovem está mais relutante a cumprir, e é nesses casos que se originam problemas de desordem pública”.

Contudo, não podemos descartar uma ou outra situação que acontece e nestas há a necessidade de atuar com um “Patamar do Uso da Força”³¹ mais elevado mas, no entanto, estas situações são residuais.

Devemos concluir esta ideia destacando a resposta do entrevistado 7 à pergunta 2 dizendo que “na globalidade as pessoas vêm a Guarda como uma boa força e como uma ajuda e querem ver a Guarda no bairro”

Ao se afirmar em **H4: Através de uma atuação reforçada a GNR consegue manter o respeito e a segurança**, é verificado pela resposta à pergunta 5 das entrevistas, que a forma de manter o controlo, o respeito e a boa imagem da Guarda neste tipo de zonas é garantido através de operações planeadas no âmbito da fiscalização de estabelecimentos, fiscalização rodoviária à entrada e saída dos bairros e também através de ações de sensibilização aos mais jovens, prevenindo-os acerca dos ditos desvios.

No que foi referido no capítulo 2 da parte teórica, verifica-se que em todos os modelos de policiamento abordados nenhum aborda a ideia de repressão e agressividade na atuação das forças policiais como forma de manter o respeito. Pelo contrário a maioria deles promove um maior relacionamento entre as forças policiais e a população.

Contrapondo a ideia do nível de força a usar nos bairros para manter o seu controlo, verifica-se pela resposta à pergunta 8 do entrevistado 3 que “a forma como respondemos às situações/ocorrências pode ser sempre melhorada, e se formos educados e assertivos evitamos muitos problemas, evitando situações de desordem pública, retaliações contra os militares com eventuais lesões e danos.”

Por conseguinte a hipótese **H4** é refutada.

Para **H5: O modelo de policiamento utilizado pela Guarda nos bairros problemáticos é distinto entre destacamentos**, constatamos que apesar das diferentes realidades que cada um apresenta, e de acordo com as respostas às perguntas 5 e 6 da entrevista, os comandantes dos destacamentos atuam e projetam os militares à sua disposição de forma semelhante.

³¹ Os patamares do uso da força: teoria desenvolvida em “Manual de Ordem Pública”, (2010) em que o nível de força utilizada para resolver determinada situação sobe ou desce consoante a atuação e comportamento do adversário.

Verifica-se através das respostas à pergunta 1 das entrevistas, que as ZA de cada Destacamento diferem entre si, mas acabam por se assemelhar em alguns aspetos. Os aspetos considerados como semelhantes são o facto de se estar a lidar com pessoas de poucas posses económicas e com problemas sociais. Todas as áreas estudadas e definidas por documentos da Guarda, são na sua maioria zonas próximas de grandes cidades, nomeadamente Lisboa e Porto.

Na **H6: Existem modelos de policiamento eficazes**, verifica-se que os modelos de policiamento devem ser ajustados à realidade que se vive nos locais ora estudados. Nenhum modelo será o ideal para toda e qualquer situação. Esta hipótese verifica-se através da parte teórica em que se apresentam vários modelos de policiamento, que podem ser utilizados em diversas situações e também através das respostas à pergunta 5 das entrevistas.

Para se policiar corretamente um bairro problemático deve-se ajustar a forma de atuar consoante o tipo de pessoas que lá vivem. Verificamos neste trabalho que existem bairros em que a relação da Guarda para com a sua população é de respeito e de diálogo, e outros em que essa relação passa somente por operações de fiscalização e por ações derivadas da atividade operacional.

Verificamos com as entrevistas que a forma como a GNR atua nos bairros apresenta um pouco de todos os modelos apresentados na parte teórica. Assim, não podemos referir-nos somente a um ou outro modelo como sendo o utilizado e o mais válido.

Atendendo à resposta à pergunta 2 por parte do entrevistado 7 “a maioria das pessoas que reside nestes bairros são pessoas de bem, são pessoas que têm o seu trabalho” verificamos que a atuação da Guarda deverá ser adequada e de acordo com a relação estabelecida com a população e não partir do pressuposto que as pessoas que vivem neste tipo de bairros são problemáticas.

Abordando também a prevenção da criminalidade surge a **H7: Na perspetiva da Guarda a interação entre instituições é eficaz**, esta afirmação revela-se refutada, pelas respostas à pergunta 7, visto que em alguns locais esta relação entre instituições não se verifica ou parcialmente se verifica. Isto porque não existe um trabalho conjunto entre instituições em que o alvo seja os bairros problemáticos.

Como refere o entrevistado 2 em resposta à pergunta 7 “recolhemos informação de várias instituições”. O que acontece no geral, são instituições que trabalham em alguns dos bairros da ZA da Guarda e cuja cooperação ocorre somente através da troca de informação.

Esta situação revela-se no entanto satisfatória visto que permite que haja um acréscimo de informação ao trabalho da Guarda, melhorando a forma como se pode monitorizar estes bairros.

Por outro lado, como responde o entrevistado 5 “a Seção de Programas Especiais, tem um efetivo reduzido mas trabalham muito bem com as escolas, essencialmente 90% do trabalho realizado é com escolas”. Este trabalho verifica-se essencialmente com troca de informação, pois como diz o entrevistado 1 “o que se passa na escola é o reflexo do que se passa em casa”. Para além disto são também feitas algumas palestras de sensibilização.

Atendendo às respostas da pergunta 8 verifica-se que as melhorias que se podem eventualmente aplicar tem em muito a ver com a situação que cada comandante vive na sua ZA.

Por último para a **H8: A prevenção da criminalidade em bairros problemáticos é feita de diversas formas**, podemos referir que, de todas as formas de prevenção abordadas na parte teórica, a que se destaca para esta hipótese é a prevenção da criminalidade juvenil. A hipótese apresentada é refutada pelas respostas às perguntas 6 e 7 das entrevistas.

Nos bairros estudados as organizações existentes trabalham no sentido de ocupar os jovens nos tempos livres.

O tipo de prevenção já assinalado é feito através das SPE dos destacamentos recorrendo a palestras em escolas ou visitas ao Destacamento. Contudo, é louvado o esforço que se verifica em determinadas zonas onde são visíveis as situações positivas do trabalho efetuado pelas organizações, nomeadamente no acompanhamento e na ocupação de tempos livres de jovens provenientes dos bairros problemáticos sitos na respetiva localidade.

O entrevistado 3 refere que “ocasionalmente há trocas de informação em reuniões com várias instituições, em reuniões onde conhecemos os interlocutores de cada organização. Aqui podemos resolver certos problemas, de forma informal”. Este procedimento pode ser designado como um DLS tal como foi abordado na parte teórica deste estudo.

6.3 Verificação das Perguntas Derivadas

Definidas inicialmente as perguntas derivadas, verifica-se que a pergunta sobre **“qual o tipo de população que habita nesses bairros?”** encontra-se respondida através de **H1**. Os bairros são habitados essencialmente por famílias com baixo poder económico, em situação de desemprego ou em empregos cuja remuneração é baixa.

Para além disso, existe um conhecimento mais aprofundado de indivíduos que por norma estão associados à prática de alguns delitos e que se encontram sob processos de investigação.

Relativamente à pergunta **“De que forma a GNR atua nos bairros problemáticos?”** encontra-se respondida com base em **H3** e **H4** nas quais são abordadas as formas como a Guarda atua nos bairros problemáticos, onde, para além do policiamento normal, são realizadas ações planeadas ou operações de fiscalização.

Sobre a questão **“Que modelos de policiamento são utilizados nos bairros problemáticos?”** verifica-se respondida através de **H4** e **H6**, bem como o que teoricamente já foi demonstrado. Assim, verifica-se que os modelos de policiamento são eficazes tendo em conta que devem ser aplicados mediante a situação presente neste tipo de zonas.

Também se verifica esta pergunta através do que foi comprovado em **H5**, pois apesar da Guarda ter na sua competência territorial zonas diferentes do país, revela-se que a base de atuação nos bairros é semelhante. Obviamente a atuação da Guarda não se encaixa na sua plenitude em todos os modelos abordados na parte teórica, contudo, as atuações refletem a ideia de adaptação da Guarda ao problema concreto, no local indicado.

Respondendo à pergunta **“Que entendimento existe com outras instituições?”** através de **H7**, pode-se constatar que a relação entre instituições é feita no sentido de haver troca de informação ou participação em palestras. Também se verifica que havendo um trabalho conjunto no que toca à prevenção os resultados são muito favoráveis.

Através de **H8** verificamos que são feitos esforços no sentido de haver um partilhar de ideias entre diversas instituições em determinados destacamentos.

No seguimento da pergunta anterior temos a pergunta **“Que tipo de prevenção é efetuada?”** verificamos através de **H7** e **H8**, que o tipo de prevenção efetuada visa essencialmente a criminalidade juvenil e só em casos específicos são realizadas outro tipo de reuniões que abordam temáticas diferentes.

Também devemos considerar, como demonstramos na parte teórica, o patrulhamento como forma de prevenção. Assim, através de **H2** verificamos que o patrulhamento a estes bairros é feito e que pode também funcionar como forma de prevenção.

6.4 Verificação dos Objetivos

Dados os objetivos iniciais devemos agora verificar se, ao longo do trabalho, foram alcançados os objetivos que nos propusemos inicialmente. Deste modo importa referir que é através da validação das hipóteses e das perguntas derivadas feitas nos subcapítulos anteriores que podemos fazer tal verificação.

O objetivo primordial, e que serviu como pergunta de partida, é saber qual a situação dos bairros problemáticos relativamente à segurança. Chegados a esta parte do trabalho concluímos que este objetivo foi alcançado pois de uma maneira geral conseguiu-se efetuar o estudo relativo a este ponto.

Concluímos que a garantia de segurança nos bairros problemáticos, segundo a perspetiva policial, se divide em duas componentes essenciais, a componente do policiamento e a componente da prevenção.

Para o policiamento verificamos que ele é feito em todos os bairros e de forma diária. A atuação da GNR nestes locais é similar em todos eles, podendo variar em pequenos pontos, apresentando bons resultados.

A ideia geral de se ter de intervir de uma forma coerciva nos bairros problemáticos é esbatida através deste estudo, visto que foi verificado que a relação com a generalidade das pessoas dos bairros é pacífica, havendo contudo focos de criminalidade entre a população mais jovem.

Na vertente da prevenção revelou-se que a participação da GNR é feita essencialmente através de ações em escolas e também através da partilha de informação com outras instituições. Relativamente a esta parte pode-se dizer que há bons exemplos que se podem seguir na melhoria do trabalho efetuado nos bairros.

Verificou-se que o trabalho das instituições externas à Guarda se revela especialmente importante no sentido de impedir que os mais jovens enveredem por comportamentos que levem à criminalidade.

Foi também possível verificar o porquê destes bairros serem considerados problemáticos, quais as causas que levam a isso e de que forma se podem prevenir situações de conflito entre a Guarda e os moradores.

Assim, considerando que os objetivos propostos foram alcançados relativamente a este tema, podendo agora deixar uma porta aberta para futuras investigações neste âmbito, quer em bairros da ZA da GNR quer em bairros da ZA de outras forças de segurança.

6.5 Recomendações e Tendências Futuras.

Terminada toda a parte da análise e apresentação de resultados, consideramos que no geral a ação da Guarda neste tipo de zonas está bem desenvolvida.

Verifica-se que a missão é cumprida, que o policiamento não deixa de ser executado, que as ações de fiscalização são feitas e que também são executadas todas as missões no âmbito do policiamento geral.

No entanto, há a referir que poderá ser feito um outro esforço no sentido de haver um maior contato com outras instituições para se estabelecerem as metas e também as formas de trabalhar e desenvolver parcerias.

A definição de um bairro de uma ZA deve ser tida em conta e deve ser feita segundo os pressupostos constantes em documentos oficiais que estabelecem essa designação, isto porque existem bairros referenciados como problemáticos e que segundo as conclusões não o são.

Estou certo que este estudo, não só não se esgota nesta temática, como muitos dos assuntos abordados carecem de aprofundamento. Uma investigação que se perfilha como interessante neste âmbito, será a proposta de criação e a consequente análise de relatórios de segurança interna e dos resultados que esse diagnóstico demonstrar, nomeadamente se o sistema se encontra ajustado ao quadro legal relativamente às novas ameaças e riscos internos e internacionais. Essa mesma análise poderá abordar se a evolução dos riscos se traduz num quadro normativo compatível com uma visão de conjunto e sistémica dos domínios da segurança interna, e se existe uma continuidade e constante ajustamento entre este quadro legal e o real funcionamento do sistema.

Para investigações futuras propõe-se também a materialização do mesmo tema com o intuito de se alargar a investigação de forma a serem abrangidas mais ZA que contenham também bairros problemáticos.

De igual modo, há outras linhas de investigação que se mostram interessantes, tal como um eventual estudo sobre a coordenação dos diversos intervenientes na produção da segurança ao nível local, com vista à dinamização efetiva das forças de segurança, nomeadamente a Guarda, e dos parceiros locais.

6.6 Limitações

As limitações na realização do trabalho foram várias. Desde logo no período destinado à sua realização. Revela-se difícil efetuar pesquisas bibliográficas noutras instituições porque estas apenas se encontram disponíveis em dias úteis. Com todas as atividades realizadas durante o presente ano letivo o tempo disponível foi um obstáculo difícil de ser ultrapassado.

Outra limitação prende-se com o facto de haver pouca cultura metodológica, fruto da não formação, ou de uma formação escassa a este nível, o que obriga à realização e revisão de literatura essencial para a realização do trabalho.

Bibliografia

- Alves, A. C. (2011). *Contributos para uma Sociologia da Polícia*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Alves, A. C. (2010). *Introdução à Segurança*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Bratton, W. J., Dennis, N., Griffith, W., Mallan, R., John, O., & Charles, P. (1998) *Zero Tolerance: Policing a free society*. Londres: IEA.
- Brunet, Recassens, A. (2007). *La Seguridad y Sus Políticas*. Barcelona. Edições Atelier
- Carvalho, C. (2009), *Ser jovem, uma aventura de risco*. Dissertação apresentada com vista a obtenção do grau de mestre, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Cusson, M. *Criminologia* (2006), (2ª ed.). Portugal: Casa das Letras.
- Dicionário de Língua Portuguesa. (2010). Porto: Porto Editora.
- Fernandes, J., Gomes, P., Marques, T., Pereira, J. (fevereiro de 2009) *Plano de ação "Cidade e Urbanismo"*, CCDRN
- Freixo, M. (2011), *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e técnicas*, (3ª ed), Lisboa, Instituto Piaget
- Gassin, R. (1994). *Criminologie* (3ª ed.). Dallas.
- Goldstein, H. (1979), *Improving policing: A Problem Oriented Approach*. In Reiner, R. (coord.) *the International Library of criminology, criminal justice and penology*. Vol. I, Darmouth
- Kappeler, V. E., & Gaines, L. K. (2009). *Community policing: A contemporary perspective* (5ª ed.). Lexis Nexis.
- Lourenço, N., & Lisboa, e. M. (1991). *Violência Criminalidade e Sentimento de Insegurança*. Centro de Estudos judiciais.
- Lousa, T. (2006) *Intervenção da policia em bairros problemáticos*, , ISCPSI, Lisboa
- MAI, G. d. (1999). *Policiamento de Proximidade*. Lisboa: MAI.
- Malheiros, J. M., Mendes, M., Barbosa, C. E., Silva, S. B., Schiltz, A., & Vala, F. (março de 2007). *Espaços e expressões de conflito e tensão autóctones, minorias migrantes e não migrantes na área metropolitana de Lisboa*. Lisboa: ACIME.
- Monjardet, D. (1996). *Ce que fait la Police: sociologie de la force piblique*. Paris: éditions la découverte.

- Murphy, C. (1998). *La Police et la résolution des problèmes: un manuel pratique*.
- Negreiros, J. (2001). *Delinquências Juvenis* (1ª ed.). Lisboa: editorial Notícias.
- Oliveira, J. F. (2006). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento: A emergência do policiamento de proximidade*. Coimbra: Almedina.
- Pereira, A., & Poupá, C. (2006). *Como escrever uma tese Usando o Word* (3ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Quintas, A. J. (2008). *Onde está o bairro social? o caso de realojamento social em lotes dispersos na freguesia da Brandoa. Perceção dos residentes sobre o novo espaço residencial*. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Mestre, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V., (2008) *Manual de Investigação em ciências Sociais*. (5ª ed.). Lisboa. Gradiva.
- Roché, S. (1993). *le sentiment d'insécurité*. Paris: PUF.
- Salgueiro, T. B. (1972). *Bairros clandestinos na periferia de Lisboa*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Sarmento, M. (2008). *Guia prático sobre metodologia científica*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- Skolnick, J. H., & Bayley, D. H. (2006). *Policiamento comunitário* (2ª ed.). São Paulo: Edusp.
- Tumpman, B. (1999). *Policing in Europe: Uniform in diversity*. Edições Intellect.
- Welsh, B. C., & Farrington, D. P. (2007). *Preventing crime: What works for children, offenders, victims and places*. USA: Springer.

Revistas e Periódicos

- Katane, D. (2002). Quartiers sensibles ici et ailleurs. *Les cahiers de la sécurité* n°42 , p87
- Carvalho, C. C. (2009). Ser Jovem Uma Aventura de Risco. Obtido em 12 de maio de 2012, de <http://pt.scribd.com/doc/57202163/8/A-Realidade-dos-Bairros-Sociais>
- Ferreira, A. (19 de agosto 2008) Portugal utiliza modelo ultrapassado de bairros sociais. *Jornal Expresso*. (consultado em 5 de abril 2012, disponível em <http://expresso.sapo.pt/portugal-usa-modelo-ultrapassado-de-bairros-sociais=f391537>
- Poirée, S. (2008). Gendarnes en Zone Périurbane, *Gend' info*. n° 311 ,15-30

Soares, M. (8 de Maio 2012) Programa Bairros Crítico estava moribundo e acabou por falta de verbas. Público. (consultado a 8 de maio de 2012, disponível em <http://publico.pt/Local/programa-bairros-criticos-estava-moribundo-e-acabou-por-falta-de-verbas-1545255>)

Legislação e outros Documentos Oficiais

Lei n.º 38/2009, de 20 de julho. Diário da República. 1.ª Série. N.º 138, p 4535

Decreto-lei nº163/93 de 7de maio, alterado pelo decreto-lei 271/2003 de 28 de outubro. Diário da República. 1ª Série – A. N.º 250,p 7182 a 7191

RASI 2011 disponível em http://www.portugal.gov.pt/media/555724/2012-03-30_relato_rio_anual_seguran_a_interna.pdf

Centre International de la Prévention de la Criminalité (2010, *Rapport International, prevention de la criminalité et sécurité quotidiene: tendances et perspectives..*. Documento disponível em: <http://www.crime-prevention-intl.org/fr/welcome.html>
Acedido em 20 de abril de 2012.

Endereços de Internet

Endereço da Câmara Municipal do Porto

<http://www.cm-porto.pt/> , acedido em 5 de abril de 2012

Endereço dedicado à prevenção de criminalidade através da construção

Disponível em: http://www.cptedsecurity.com/cpted_design_guidelines.htm ,
Acedido em 15 abril 2012

Endereço da Guarda Nacional Republicana

Disponível em: <http://www.gnr.pt/>

Meios Multimédia

Reportagem SIC intitulada “os Bairros Sociais e a violência em Portugal, de 12 de maio de 2009.obtida em <http://www.youtube.com/watch?v=fEzfZSFHM4E>

Apêndices

Apêndice A1

Guião de Entrevista



ACADEMIA MILITAR

Mestrado Integrado em Ciências Militares

17º Tirocínio Para Oficiais

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

O Policiamento e a Prevenção da Criminalidade em Bairros Problemáticos

Trabalho realizado por: Aspirante GNR/INF Tiago André Sineiro Felizardo

Orientador: Capitão GNR/Cav José Manuel Brito de Sousa

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Queluz, julho de 2012

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Esta entrevista enquadra-se no âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada da estrutura curricular dos cursos ministrados na Academia Militar, especificamente no Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança Interna da Guarda Nacional Republicana (GNR) e pretendo levar a efeito a entrevista em anexo.

O tema deste trabalho é “O Policiamento e a Prevenção da Criminalidade em Bairros Problemáticos”, e tem como objetivo fundamental analisar a situação atual, em relação à segurança e à atuação da GNR nos bairros problemáticos que tem a seu cargo.

De forma a garantir rigor nos dados recolhidos, é essencial realizar algumas entrevistas a pessoas cujos conhecimentos nesta área sejam abrangentes, pelo facto de ser um tema que exige que os entrevistados sejam conhecedoras desta situação e que com ela lidem diariamente.

A escolha das pessoas a entrevistar tem a ver com o facto de a unidade que comanda ter bairros problemáticos na sua zona de ação, referenciados em documentos da Guarda Nacional Republicana.

Neste sentido, consideramos o contributo de V. Ex^a. fundamental para o sucesso desta investigação pois irá, com certeza, enriquecê-la e valorizá-la, devido aos seus extensos conhecimentos sobre esta temática de investigação.

Esta entrevista será analisada e servirá como suporte à componente teórica deste mesmo trabalho, complementando assim ideias extraídas da pesquisa bibliográfica realizada.

Agradecemos que V. Ex^a. responda a esta entrevista o mais célere possível para posterior análise.

Gratos pela sua colaboração

Atenciosamente

Tiago André Sineiro Felizardo

Asp. GNR INF

GUIÃO DE ENTREVISTA

Caraterização do Entrevistado:

NOME:

POSTO:

FUNÇÃO:

1. Caraterize os bairros problemáticos na sua Zona de Ação.
2. Qual a relação da GNR com a generalidade das pessoas do (s) bairro(s)?
3. Há ou tem havido algum tipo de incidentes com militares seus nessas zonas?
4. Com que frequência o bairro é policiado?
5. Como é que atua normalmente nessas zonas?
6. Existe algum conhecimento do tipo de pessoas que habitam esses bairros? Como é obtido esse conhecimento?
7. Há algum acordo/trabalho conjunto com a Câmara Municipal, organizações ou outras entidades para prevenção/trocas de informação sobre a criminalidade?
8. Há melhorias a fazer relativamente a estas situações?
9. Como classifica o grau de segurança nesses bairros?

Apêndice A2 – Entrevista nº1**Caraterização do Entrevistado:****NOME:** Vítor Salgueiro**POSTO:** Capitão**FUNÇÃO:** Cmdt Destacamento de Matosinhos**1. Caraterize os bairros problemáticos na sua Zona de Ação.**

São bairros essencialmente constituídos por população de raça cigana. Estes bairros são puramente de habitação social. Os seus habitantes têm baixos rendimentos, fruto do trabalho em trabalhos menos bem remunerados e também muitos deles são desempregados ou auferem algum tipo de subsídio.

2. Qual a relação da GNR com a generalidade das pessoas do (s) bairro (s)?

Boa, Pacífica. De respeito das pessoas para nós e de nós para elas.

3. Há ou tem havido algum tipo de incidentes com militares seus nessas zonas?

Agora nada. Há 10 anos atrás havia muita confusão. Há cerca de 5 começaram a incidir mais no bairro.

Há muita gente que se dedica ao furto, furto em interior de residência, furto de viaturas, etc. eles atuam fora do bairro, tentam expô-lo ao mínimo, isto para que a Guarda também deixe de atuar no bairro. Eles fazem isto para que baixemos a guarda e assim eles possam estar mais à vontade.

Há 5 anos havia mais visibilidade desse sentimento hostil, mas quantos mais problemas havia, mais Guarda lá aparecia e com mais frequência. Não digo que neste momento não haja maus sentimentos em relação à Guarda, porque há, mas ninguém mostra isso. Antes mostravam-no com mais facilidade. Agora não.

4. Com que frequência o bairro é policiado?

Diariamente. Todos os dias há patrulhas com giro definido para passar nos bairros.

Uma vez a cada duas semanas, fazemos o controlo de fatores de risco (cafés, locais onde se reúnem)

Este controlo é feito com base em informações recolhidas, sobre as práticas de crimes e suspeitos.

5. Como é que atua normalmente nessas zonas?

Não se fazem grandes operações. Só quando necessário, são esporádicas.

Como tinha dito fazemos operações a cada duas semanas, em horário diferentes, com base em informação recolhida.

Normalmente há suspeitos identificados e sabemos de algumas práticas.

Com base nessa informação selecionamos locais de reunião como cafés ou outros sítios para atuar. A estas operações chamamos de “Embates” e fazemos com equipas constituídas por pessoal da Investigação, vão também militares da patrulha, normalmente 2 ou 4, e também pessoal da ordem pública, que pedimos de reforço ao DI do Porto, normalmente são 5. Para uma equipa assim vai um Sargento a coordenar.

Normalmente chegamos ao local, fiscalizamos as pessoas que lá se encontram, são todas identificadas e detemos os suspeitos.

Para além disto, no planeamento mensal, o DI reforça o patrulhamento.

Estas operações criam alguma instabilidade nos bairros, o que é bom porque assim eles nunca sabem quando e onde atuamos, mas sabem que nós estamos atentos.

Começou este ano a georreferenciação da criminalidade. Este trabalho permite ao comandante verificar os pontos onde ocorre a criminalidade, o tipo de criminalidade, bem como outras situações. Com isto temos uma base para definir locais para a realização de operações.

Para além disso verificava que a informação de qualquer ocorrência apenas era inserida no SITREP no dia em que era elaborado o respetivo auto de notícia. Assim desenvolvi um sistema que permite que a informação seja logo transmitida para as comunicações do Destacamento logo que a patrulha acabe o seu turno.

A patrulha quando vai a uma ocorrência elabora um documento que designamos por informação sumária do processo-crime/ acidente de viação e chegado ao posto envia todas as ocorrências para as comunicações do destacamento. Aí o militar que está nas

comunicações recebe essa informação e coloca-a no SITREP para enviar e coloca-a também numa base de dados para ser efetuada a análise estatística.

Isto permite que o militar das comunicações vá organizando os dados ao longo do dia e não receba tudo junto no final do dia.

6. Existe algum conhecimento do tipo de pessoas que habitam esses bairros? Como é que obtém essa informação?

Sim. Temos uma base de dados com informações acerca de pessoas referenciadas. A informação é obtida através das Equipas de Investigação e Inquérito e também fruto de alguns processos.

7. Há algum acordo/trabalho conjunto com a Câmara Municipal, organizações ou outras entidades para prevenção/trocas de informação sobre a criminalidade?

Há a presença em Matosinhos da Rede de Apoio Social, os nossos programas especiais, através da SPE planeiam ações de sensibilização, às vezes vai lá a banda da música, e coordenam outras atividades e também recolhem muita informação.

Também lá existe a Comissão de Proteção de Crianças e Jovem que nos dão muita informação que nos permitem referenciar situações mais problemáticas.

Normalmente agendamos reuniões com essas entidades e isto permite que haja uma boa troca de informação. A título de exemplo uma situação real, um jovem que disse que tinha problemas em casa e que os progenitores teriam algum contacto com drogas e a Rede de Apoio Social informou-nos da situação e nós pudemos atuar.

Para além disto as escolas são uma boa fonte de informação, tivemos um caso de um jovem cigano que se gabava na escola de ter muitas armas em casa e que um dia levava uma para a escola. Isto permitiu-nos realizar buscas no acampamento cigano e apreender todas as armas.

O que se passa na escola é o reflexo do que se passa em casa.

O importante é haver trocas de informação, tanto deles para nós como de nós para eles.

8. Haverá melhorias a fazer na relação com estas instituições?

Esta relação funciona bem. Existem reuniões que permitem a troca de informação. Mas acho que cada instituição deve estar focalizada na sua ação. Por vezes acontece que as instituições vão para além daquilo que é a sua responsabilidade. Às vezes são as outras organizações que tentam resolver a parte que cabe à Guarda, como também a Guarda por vezes resolve situações que não são a sua área. Haveria de haver reuniões para tratar destas situações e definir fronteiras.

9. Como classifica o grau de segurança nesses bairros?

Bom

Apêndice A3 – Entrevista nº2**Caraterização do Entrevistado:****NOME: Rui Ferreira****POSTO: Capitão****FUNÇÃO: Cmdt Destacamento de Gaia****1. Caraterize os bairros problemáticos na sua Zona de Ação.**

Nós aqui no Destacamento de Gaia trabalhamos com dois concelhos que são: Gaia e Gondomar. Temos um grande número de bairros problemáticos, tanto em Gaia como em Gondomar, principalmente em Gondomar, que é a zona do país que tem mais pessoas com o rendimento social de inserção, o que faz com que haja muita gente sem ocupação.

Em Gaia a realidade é ligeiramente diferente, era uma “cidade dormitório” e agora já não é tanto uma “cidade dormitório”, tem zonas industriais. Tem zonas onde vivem pessoas da classe alta, em Gaia não há muita gente na classe média. Há as pessoas da classe baixa, que estão nos bairros sociais e depois as pessoas da classe alta que moram em moradias mais junto à costa.

As pessoas que moram nos bairros são grande parte pessoas desempregadas, mesmo aquelas já com 50 anos. Filhos com idades entre os 16/18 anos que já se dedicam a pequenos delitos, furtos, furtos com armas brancas, e depois temos uma grande problemática que faz aumentar exponencialmente os problemas nestes bairros que é o consumo de drogas. Temos tanto em Gaia como em Gondomar grandes consumos, principalmente Haxixe, também de cocaína e heroína mas não muito significativo.

Está associada a estes bairros alguma criminalidade, traficantes, traficantes consumidores, consumidores... os consumidores recebem grande parte deles o rendimento social de inserção mas como esse dinheiro não chega para o seu sustento eles dedicam-se à prática de alguns crimes para conseguirem dinheiro para a droga. No último ano com a abertura das lojas de venda de ouro houve um crescimento dos roubos na via pública, principalmente cordões de ouro, a pessoas que o trazem consigo, principalmente brincos e cordões.

2. Qual a relação da GNR com a generalidade das pessoas do (s) bairro (s)?

Bom relacionamento. São bairros problemáticos mas o relacionamento é bom, principalmente na zona de Gaia. A Câmara de Gaia tem nesses bairros instituições que é a Gaia social com assistentes sociais, psicólogos. Tem um grupo de profissionais que faz a ligação dos problemas das pessoas tanto para a Câmara como para a GNR e temos identificado.

Em Gondomar isto não existe e o relacionamento é essencialmente em inquéritos ou investigação. O sentimento hostil existe mas não temos problemas em lá ir.

Pela população mais velha não temos qualquer tipo de problemas, com os mais jovens, já é diferente.

3. Há ou tem havido algum tipo de incidentes com militares seus nessas zonas?

Não há problemas.

Quando somos chamados para situações de violência doméstica ou para fechar estabelecimentos fora do horário, nesses casos há incidentes a registar, seja por injúrias ou tentativas de agressão.

Mas incidentes aquando da patrulha a policiar não há, seja injúrias ou pedras nas viaturas.

Quando há uma situação para resolver e que tenha de haver um detido, aí há quase sempre problemas. São zonas onde vive muita gente, é fácil haver um ajuntamento de pessoas, e as pessoas em grupo têm sempre a tendência a abusar mais um pouco.

4. Com que frequência o bairro é policiado?

Neste momento aqui em Gaia temos um problema de efetivo, temos postos que dão pouco mais do que as patrulhas às ocorrências, temos postos que só conseguem escalar as patrulhas às ocorrências e definimos o giro para os bairros problemáticos. Poderão não passar nos três turnos pelos bairros, mas diariamente todos os bairros são policiados. Temos postos com um elevado número de bairros à sua carga.

Somos também reforçados com as patrulhas do Destacamento de Intervenção (DI) do Porto, que andam tanto a cavalo como pelo pelotão de infantaria, essas patrulha são vocacionadas especialmente para o patrulhamento dessas zonas críticas.

5. Como é que atua normalmente nessas zonas?

Nós fazemos vários tipos de operações nesses bairros, às vezes não fazemos tantas quanto queríamos devido a inquérito que é necessário fazer, nós aqui no NIC temos um volume grande de inquéritos, principalmente nestes bairros devido ao tráfico de droga em devido aos inquéritos que estão a decorrer temos de deixar algumas ações para segundo plano. Mas as principais ações que fazemos é o controlo de pessoas e viaturas em circulação, tanto entrada como saída. Isto não é só no âmbito da investigação. Podemos fazer uma operação organizada no destacamento em que controlamos entradas e saídas de pessoas e viaturas devido ao tráfico de droga, por exemplo pessoas que vão comprar ou vender. Também fazemos a fiscalização de estabelecimentos existentes nesses bairros porque são zonas propícias a ajuntamento de pessoas com alguma prática delituosa. Alguns traficantes consumidores, que passam lá o dia e vão vendendo as doses nas imediações dos estabelecimentos. Nos estabelecimentos, e principalmente na zona de Gondomar, há também a prática do jogo ilegal. Sempre que vamos aos cafés há lá sempre uma ou duas máquinas de póquer.

6. Existe algum conhecimento do tipo de pessoas que habitam esses bairros? Como é obtido esse conhecimento?

Temos grande parte das pessoas referenciadas, isso é o que nos leva algumas vezes, principalmente nos furtos, a recuperar algum do material furtado. Há em Gaia e em Gondomar alguns grupos de adolescentes que já se dedicam à prática de pequena criminalidade que causa alguns transtornos. Temos também grupos de indivíduos com idade superior, que temos de ter a noção que fazem alguns furtos na nossa área e que fazem a maior parte dos furtos e roubos na área envolvente. Todos estão referenciados e que estão a ser seguidos através dos inquéritos que temos dos NIC. Temos a noção que só no concelho de Gaia existem cerca de 300.000 habitantes em que uma parte bastante significativa é da responsabilidade da Guarda. No concelho de Gondomar tem também muitos habitantes e também uma parte bastante significativa é da responsabilidade da

Guarda e é impossível ter toda a gente referenciada, mas estes casos mais problemáticos estão.

7. Há algum acordo/trabalho conjunto com a Câmara Municipal, organizações ou outras entidades para prevenção/trocas de informação sobre a criminalidade?

Trabalhamos com várias instituições. Recolhemos informação de várias instituições. Aqui em Gaia trabalhamos com uma instituição que é a Gaia social, que é uma entidade multidisciplinar que têm indivíduos colocados em todos bairros. A grande parte das pessoas vive em casas camarárias e verificam se estas pessoas têm problemas com as autoridades, porque caso isso se verifique são retiradas as casas a essas pessoas. Trabalhamos também com algumas instituições de Combate ao consumo de droga, umas da câmara e outras são organizações sem fins lucrativos, que ajudam os toxicodependentes, por vezes referenciam locais e possíveis indivíduos que poderão andar a traficar. Eles têm contacto mais direto com os consumidores e mais facilidade em arranjar esta informação, os toxicodependentes falam com mais facilidade com eles do que com a própria Guarda, como é normal. Recebemos também informações das Juntas de Freguesia. Em Gondomar o caso é um pouco mais complicado, em termos de apoio social têm uma organização diferente, os bairros estão um pouco mais abandonados em termos de acompanhamento por parte da câmara, o que dificulta um pouco o nosso trabalho. Enquanto que aqui em Gaia eles têm a referência de todas as pessoas que mora em determinado edifício, têm a chave de todas as entradas. Em Gondomar não existe esta preocupação em ter as coisas tão organizadas. Para nós, mesmo em termos de investigação, aqui em Gaia, mesmo se quisermos ver como é que é a habitação por dentro, vamos à Câmara e facilitam-nos a chave da entrada. Assim os militares vão ao local com um colete da “MEO” ou da “ZON”, entram no edifício, fazem o reconhecimento. Isto facilita muito o planeamento, no caso de buscas, para a atuação. Em Gondomar já é mais difícil esta recolha de informação, porque eles não sabem ao certo que mora na habitação, às vezes não têm plantas atualizadas dos bairros existentes. Existem bairros que já foram em parte demolidos e os habitantes reconstroem, são bairros em constante mutação. Bairros que se dedicam exclusivamente ao tráfico de droga, não têm nenhuma habitação que não se dedique ao trafico de droga e sempre que vamos lá, por algum problema, temos vários inquéritos por tráfico de

droga e o bairro nunca está igual e a câmara não tem conhecimento de quantos fogos habitacionais existem e da sua construção por dentro, não têm a mínima noção.

Em relação aos Programas Especiais aqui no Destacamento estamos com um problema de efetivo e até já fizemos uma proposta de alargamento do número de militares para os programas especiais. Os programas especiais nos bairros sociais em si fazem pouco trabalho porque são dois militares para a área e é completamente impossível fazerem as escolas, os idosos, comércio... é praticamente impossível. Fazem um trabalho mais próximo das escolas frequentadas por indivíduos provenientes destes bairros problemáticos, que são as escolas que nos trazem alguns problemas de comportamento, furtos entre alunos, à vezes aparecem objetos de valor na posse dos alunos. E também questões entre miúdos e miúdos a professores. Tivemos aqui um caso muito mediatizado em que um professor foi agredido por alunos de etnia cigana e isto são tudo problemas sociais de indivíduos que vêm destes bairros ditos problemáticos.

Tudo o que é recolhido e é tratado pelo Núcleo de Investigação criminal.

8. Há melhorias a fazer relativamente a estas situações?

Em primeiro lugar, para melhorar um pouco esta troca de informação, teria de se resolver a montante, principalmente as pessoas que têm algum papel na decisão e orientam o trabalho dos militares deveriam ter um pouco mais de tempo disponível para pesquisar junto destes órgãos que lidam com este problema social quais são os problemas que levam a existir algumas coisas que existem nestes bairros, o que não acontece. Os comandantes de posto quase não podem sair do posto. A parte burocrática ocupa muito os comandantes, e em Gaia os problemas não é preciso ir saber deles. Há um grande volume de ocorrências, o que queima qualquer ação que uma pessoa queira ter numa Câmara ou de outras organizações porque era importante ter algum tempo disponível para isso.

O grande problema no destacamento é também humano, nós com mais militares conseguíamos fazer uma melhor recolha de informação como para fazer um policiamento mais eficaz. Alguns postos, com bairros problemáticos a policiar, têm a patrulha às ocorrências ocupada sempre com ocorrências. E o tempo para acompanhar a população e na recolha de informação é diminuto. Soluções haverá mas é um pouco definir qual a solução ideal. Enquanto não houver efetivo nos postos para resolver os problemas no geral e outros que façam o patrulhamento e

recolha de informação sem ser nos problemas, aí poderá haver um trabalho mais eficaz. Enquanto andarmos tipo bombeiros só a apagar incêndios é impossível. Eu faço um a analogia ao pessoal do SEPNA que informam sobre a limpeza de mato para a prevenção de incêndios, porque enquanto não nos organizarmos e só andarmos a combater incêndios vai ser muito difícil resolver os problemas nestes bairros

9. Como classifica o grau de segurança nesses bairros?

O grau de segurança nestes bairros é um pouco difícil de classificar. Em termos de segurança para as pessoas de lá, quase nunca têm problemas. Podem existir uma disputa, mas grande parte das vezes é problemas familiares. Num bairro social mora grande parte da família, moram os pais, os avós, os tios. Muitas vezes quando é com ciganos há uns tiros, umas facadas. Tirando isso furto e roubos nesses bairros não há. As pessoas não cometem crimes nesses bairros.

Com a Guarda, depende do tipo de serviço que lá formos fazer. Patrulhamento geral, vai a patrulha às ocorrências e não há qualquer tipo de problemas. Se formos para uma violência doméstica ou a um café, a patrulha poderá chegar mas dependendo do aglomerado ou do estado das pessoas, que podem estar alcoolizadas, fazemos uma chamada à rede e juntam-se duas ou três patrulha para resolver o problema. Se for para fazer umas buscas, é uma situação que traz um mau estar no bairro. Junta sempre muita população, as pessoas não têm trabalho, veem a Guarda e juntam-se sempre muitas pessoas. Juntam-se muitas pessoas, apoiando os indivíduos alvos de buscas. Tem havido somente injúrias.

Apêndice A4 – Entrevista nº3**Caraterização do Entrevistado:****NOME:** Feliciano Amaral**POSTO:** Capitão**FUNÇÃO:** Cmdt Destacamento de Almada**1. Caraterize os bairros problemáticos na sua Zona de Ação.**

A zona de ação do Destacamento Territorial de Almada tem alguns bairros, sendo que nem todos são problemáticos, sendo essencial definir os que são “*bairros problemáticos*”. Julgo que essa definição/caracterização estará relacionada com bairros com forte densidade populacional, predominantemente de habitação social ou de habitação construída ilegalmente (i.e. barracas) e com alguns problemas de segurança associados, não apenas pela concentração de grupos e de atividades criminosas, mas também como locais de fácil mobilização de indivíduos para esse tipo de atividades ou outras concorrentes, onde os fatores de risco/grau de risco para a segurança e bem estar (funções principias num estado de direito) são maiores e mais predominantes.

Assim e face a essa caracterização, temos alguns bairros que se podem classificar de “Bairros Problemáticos” ou Zonas Urbanas Sensíveis, nomeadamente no Monte da Caparica, neste caso com habitação social (i.e. Bairro Branco e Bairro da Nossa Senhora da Conceição, com características muito parecidas, considerando que é uma comunidade de cor e jovem, estudantes ou desempregados, também existe o Bairro Amarelo, que é um bairro com forte predominância de população de etnia cigana), na Trafaria, neste caso com habitação ilegal/barracas (i.e. Bairro 1º Torrão, Bairro 2º Torrão e Bairro dos Pescadores, inicialmente com comunidade de pescadores, atualmente com comunidade de cor, a necessitar de habitação social), na Charneca da Caparica, neste caso com habitação social (i.e. Bairro da Vale Figueira, com predominância de comunidade de cor), na Costa da Caparica, neste caso com habitação ilegal/barracas (i.e. Bairro “Terras do Lello Martins, com comunidade de cor e de etnia cigana) e em Paio Pires, com habitação social (i.e. Bairro da Cucena, com comunidade de cor e de etnia cigana), se bem que cada bairro com características próprias e únicas.

2. Qual a relação da GNR com a generalidade das pessoas do (s) bairro (s)?

A Guarda tem-se pautado por uma postura de imparcialidade, firmeza e cortesia, nas situações que a isso se impõem. Na medida do possível tentamos ter o mesmo tipo de relacionamento com os demais utentes, contudo admito que nem sempre é possível.

Temos mais facilidade de interação com a comunidade mais sénior e com a comunidade cigana, nestes casos os “problemas” são mínimos, considerando que em algumas dessas zonas urbanas as pessoas já lá vivem há algum tempo, algumas há mais de 30 anos e outras já são a segunda geração, portanto já estão enquadradas/harmonizadas quer no bairro, quer na comunidade.

Existem algumas relações mais complexas, nomeadamente com a camada mais jovem, sendo a mais propensa a desvios comportamentais (tráfico de droga, furto, roubo, resistência a funcionário), nestes casos a relação por vezes é só o estritamente necessário para a manutenção/reposição da ordem pública, nomeadamente em dias de festas ou após operações policiais (i.e. buscas e/ou rusgas).

As situações ficam também mais complexas, quando é necessário fazer cumprir as normas mais elementares, como o cumprimento dos horários em estabelecimentos e a cessação de ruído de vizinhança ou ruído de festas não autorizadas, e como determinados cidadãos e por norma em grupo, gostam de se divertir, vão para os cafés na zona ou na rua e incumprem com alguma regularidade, comprometendo os direitos (direito ao descanso) dos demais cidadãos cumpridores.

Nestes casos a comunidade mais jovem está mais relutante a cumprir, e é nesses casos que se originam problemas de desordem pública, tirando esses casos a relação entre as partes é normal.

3. Há ou tem havido algum tipo de incidentes com militares seus nessas zonas? Qual a evolução deste tipo de situações?

Surgem ocasionalmente alguns incidentes com os nossos militares, nomeadamente quando são chamados por incumprimento de horários e ruído, em determinados locais dos Bairros, e os jovens em grupo tem relutância em cumprir as nossas indicações, também após operações com alguma envergadura, em alguns casos criam “grupos de pressão” com forma de tentarem demonstrar que o Bairro é “deles”, principalmente quando veem a patrulha mandam alguns comentários, algumas injúrias, em uma ou outra situação atiram pedras e fogem, escondem-se.

Essa situação é mais típica quando há ajuntamento de pessoas, porque quando estão dois ou três é mais difícil que tal ocorra.

Também acontece ocasionalmente, quando vamos efetuar uma detenção, nomeadamente por tráfico de droga ou resistência sob funcionário, surgem logo três, quatro ou mais pessoas a impedir que isso aconteça, surgindo situações de desordem pública, que mina a autoridade do Estado, agarrando, puxando, tentando bater no militar, atirando pedras para que consigam libertar o detido. E isso é mais visível e são mais complexas essas situações quando eles sabem que o indivíduo a deter tem produto estupefaciente e sabem que à priori será detido e eventualmente receberá medidas de coação privativas da liberdade. Nesses caso e quando possível é solicitada a presença de todas as patrulhas da área para o local, como forma de materializar a presença do Estado.

4. Com que frequência o bairro é policiado?

Qualquer um dos Postos Territoriais com Bairros Problemáticos ou zonas urbanas sensíveis, lança diariamente três patrulhas às ocorrências, claro que essas patrulhas às ocorrências não é só para o bairro, contudo incidem muito do seu tempo e giros nesses locais. Quando possível e ainda vai sendo possível, com a constante redução de efetivos que as subunidades vão sofrendo, os Postos nomeiam também patrulhas com giros específicos, nomeadamente para os Bairros, para os transportes públicos que atravessam os bairros, contudo e pegando no exemplo do PTER Trafaria, com 6 bairros, a patrulha de ocorrências não consegue estar em todos os bairros de forma permanente.

Depois de nomear o pessoal de serviço interno e as patrulhas às ocorrências, e sobrando militares, são nomeados patrulhas de 6 horas, que são colocadas em locais e em horários mais propícios para visibilidade ou para evitar determinados tipo de crimes. Um exemplo concreto: nomear patrulhas à tarde ou ao final da tarde para andar nos transportes públicos nomeadamente no Metro Sul do Tejo e nos autocarros da TST.

Muitas vezes opta-se por colocar uma patrulha não propriamente no bairro em si, mas nos acessos (cruzamentos) nas estradas principais, para que as pessoas ao passarem verifiquem que está ali a Guarda.

É este o principal tipo de policiamento nos Bairros, considerando também que estamos nas proximidades de Lisboa, somos bastante reforçados, através da Unidade de

Intervenção (UI) pelas Equipas de Intervenção Rápida (FIR), e também através das equipas do Pelotão de Intervenção Rápida do Destacamento de Intervenção de Setúbal (PIR) que também dão visibilidade.

Essas equipas também funcionam como apoio às patrulhas às ocorrências. Nós todos somos humanos e quando nos dirigimos para um bairro para uma situação que já se sabe que vai ser complexa, é diferente irem dois homens sozinhos ou sabendo que vêm 4 ou 6 ou 8 ou 10 homens atrás para dar apoio. E é importantíssimo manter este tipo de atuação.

Também em algumas situações são lançadas patrulhas à civil quer pela Equipa de Investigação Criminal do Posto ou do NIC, em viaturas descaracterizadas, numa dupla ótica: ações preventivas e recolha de informações (genéricas ou no âmbito de inquéritos).

5. Como é que atua normalmente nessas zonas? Para além do policiamento diário, como operações ou ações específicas para combater a criminalidade nestas zonas?

Esta pergunta em parte está respondida na anterior, resumindo através de patrulhas caracterizadas pelo Postos e com a Secção de Programas Especiais, junto das Escolas, com reforço das FIR e do PIR, quando possível e nos horários mais indicados, nomeadamente tarde e noite, com principal incidências no fim-de-semana e vésperas de feriados e feriados, e com patrulhamento descaracterizado.

O patrulhamento caracterizado e face aos atuais quadros de efetivos (existências) por norma é Auto (considerando que poderão ser chamados a alguma ocorrência fora do Bairro e não existem outras patrulhas), quando temos mais efetivo, privilegia-se o patrulhamento apeado.

Uma forma muito importante de atuar nas ZUS, é tentar a recolha de informações, e reprimir no âmbito da Investigação Criminal os infratores dos vários ilícitos, para que não haja uma imagem de inoperância e sentimento de impunidade.

No Posto da Trafaria e considerando que tem mais ZUS, a patrulha de ocorrências da noite, por norma, é composta por três militares e não por dois, considerando a complexidade das situações que são chamados a intervir, muitas delas, tem que estar mais preocupados com a sua segurança. O reforço por parte das FIR e do

PIR não é todos os dias, é a parte menos boa, e ocorre por vezes a sobreposição das duas forças, faltando talvez melhorar a articulação das forças.

O patrulhamento à civil é mais utilizado para tratamento de determinadas situações, i.e. furtos/roubos nos transportes públicos, junto dos estabelecimentos (cafés, farmácias, etc.) que possam estar a ser alvo de roubos o que já aconteceu, muitas vezes com o Núcleo de Investigação Criminal, com mais incidência em situações que detetamos determinado fenómeno (roubo aos estabelecimentos com registos do Euromilhões, farmácias, etc., ou seja onde haja dinheiro “vivo”.

Para além do exposto, temos três tipos de operações que várias vezes são executadas nas ZUS: operações no âmbito do Plano de Atividades Operacional (PAO) que poderão ser dirigidas aos bairros numa situação de fiscalizarmos as entradas e saídas. Outras operações no âmbito de rusgas em que indivíduos são alvos de revistas em espaços públicos quando suspeitamos do tráfico de droga ou do uso de armas, mas mais no tráfico de droga, podendo ser no âmbito de processos-crime ou não. E depois temos outro tipo de operações que nos dá uma maior margem de atuação, que são as operações especiais de prevenção no âmbito do artº109 e seguintes da Lei das Armas, que permite buscas no interior de viaturas e revista de pessoas, com acompanhamento de um procurador para atos do Ministério Público (MP).

6. Existe algum conhecimento do tipo de pessoas que habitam esses bairros? (nomeadamente jovens delinquentes, criminosos referenciados, crianças e jovens propícios a serem delinquentes). Como é obtido esse conhecimento?

Sim, existe um conhecimento da população por parte do efetivo da Guarda, com levantamento de alguns dados sociais e outros dados (bases de dados) relativos a determinados indivíduos e/ou grupos referenciados por práticas criminosas.

Contudo convém salientar que nos Bairros existem pessoas com diferentes situações, no que refere ao contexto social e económico, também temos muitas pessoas de “bem” e trabalhadoras, que se levantam cedo para trabalhar nas limpezas e nas obras com ordenados curtos e não levantam qualquer tipo de problemas. Sendo importante e na medida do possível ter essas pessoas do lado da Guarda, pois ajudam a acalmar a situações complexas e muitas vezes dão informações muito pertinentes relativas a crimes ou planeamento de crimes, que se bem aproveitadas, permitem prevenir a criminalidade ou identificar os seus autores.

É claro que temos de ter um conhecimento dos jovens ou outros menos jovens com tendência para a delinquência e para os ditos desvios. Eles estão identificados em algumas bases de dados, contudo ainda não existe interligação entre as diferentes Bases de Dados das diferentes polícias (SIIC da PJ, SEI da PSP e SIIOP da GNR).

Desde o militar dos Postos, com incumbência de efetuar as notificações do tribunal, desde os patrulheiros, aos militares das Equipas de Investigação e Inquérito, existe um conhecimento dos indivíduos relacionados com determinadas práticas criminosas, não todas, mas pelo menos aquelas que afetam mais o sentimento de insegurança (furto, roubo, tráfico de droga, ofensas físicas e as ameaças). Há um passar de informação entre militares que é muito pertinente, que e considerando as situações, também são transmitidas ao NIC, que estão um pouco mais afastados do terreno.

Depois também temos a informação recolhida pelo Núcleo Escola Segura junto das escolas, acerca de jovens que começam com comportamentos desviantes e os prolongam à idade adulta. Recordo-me permanentemente ouvir os militares dizer: “olha esse rapaz, lembro-me dele, já na escola ele fazia isto” e depois mais tarde o posto deteve-o por furto e ainda mais tarde o NIC deteve-o por tráfico de droga. Este historial não está é catalogado devidamente numa base de dados.

7. Há algum acordo/trabalho conjunto com a Câmara Municipal, organizações ou outras entidades para prevenção/trocas de informação sobre a criminalidade? Como é que trabalha com essas instituições?

Existem algumas organizações que trabalham no bairro, associações de cariz social, sendo que alguma auxiliam através da prática desportiva, do acompanhamento de estudo, que em concreto não fazem a prevenção criminal, mas indiretamente ajudam, como modelos positivos. Trabalham mais na ocupação dos cidadãos dos Bairros através do desporto, do estudo, da aprendizagem de música. E é fundamental que os jovens estando ocupados tenham menos propensão à prática de ilícitos.

Acordos não há em concreto, mas colaboramos quando é preciso. Ocasionalmente há trocas de informação em reuniões com várias instituições, em reuniões onde conhecemos os interlocutores de cada organização. Aqui podemos resolver certos problemas, de forma informal.

Todas as situações conhecidas pela Guarda, que possam interessar às demais entidades são encaminhadas e vice-versa.

8. Há melhorias a fazer relativamente a estas situações? Quais?

É sempre possível melhorar. Em média o DTer Almada tem cerca de 5000 NUIPC/Ano, até chegar a zero temos muito que melhorar.

Podemos melhorar na comunicação com os cidadãos desses Bairros.

Podemos melhorar a forma e processos de fazer as coisas, melhorar a própria formação dos militares, a forma de atendimento, aumentar e potenciar os programas de policiamento de proximidade.

É perceptível que se tratarmos bem as pessoas, dificilmente as pessoas nos tratam mal. Mesmo falando de bairros problemáticos, principalmente falando de bairros problemáticos!

Não devemos deixar de ser firmes e atuar quando alguém infringe, efetuar uma sanção, repor a ordem pública, mas se conversarmos com as pessoas e lhes mostrarmos que elas estiveram mal e por causa disso é que vamos atuar de determinada maneira, poupamos muitos problemas. Isto porque não devemos ter aquela visão autoritária de que nós é que mandamos, porque ninguém gosta de ser mal tratado, principalmente as pessoas que já se *“sentem injustiçadas/discriminadas pela sociedade”*. Tenho-me apercebido disto e temos tentado inculcar essa filosofia aos militares, não quero dizer que tratamos mal as pessoas, mas a forma como respondemos às situações/ocorrências pode ser sempre melhorada, e se formos educados e assertivos evitamos muitos problemas, evitando situações de desordem pública, retaliações contra os militares com eventuais lesões e danos.

Imparcialidade na atuação?

Sim, tentamos que a nossa atuação seja sempre o mais imparcial possível, considerando que existe nos bairros um sentimento, se calhar às vezes compreensível, de injustiça, ou porque vivem em bairros sociais, ou porque as casas não são as melhores, ou porque não têm dinheiro, e pensam que são discriminados pela sociedade, daí esse sentimento.

Então se a Guarda com a atuação lhes cria ainda mais injustiça, isso cria-lhes revolta e depois essa revolta vira-se para nós quando estamos a atuar. Tenho transmitido esta ideia ao efetivo e parece-me que tem resultado, tratando as pessoas de igual para

igual, com educação e com firmeza, nas situações que se justifiquem. Porque tenho uma ou outra situação que uma atuação não feita da melhor forma, resulta em retaliações contra o efetivo, inclusive as patrulhas foram recebidas com apedrejamentos.

9. Como classifica o grau de segurança nesse (s) bairro (s)? Este grau de segurança tanto é referente às pessoas que lá moram, como em relação à GNR quando lá passa como também relativamente a pessoas estranhas ao bairro

Considero que o grau de segurança varia entre médio e alto, conforme os bairros em questão na zona de ação (sendo alto, mais perigoso), verificando-se a pratica de alguma criminalidade, muito associada a furto/roubo, tráfico de droga e a ofensas físicas/ ameaças/ rixas.

Nos últimos anos, há por norma uma ou duas vezes/ano uma desordem pública complexa, havendo no decorrer de cada ano varias detenções por desobediência/resistência sob funcionário. Julgamos que tem vindo a diminuir o número de ocasiões em que isso acontece, talvez devido a um maior diálogo entre nós e a população e devido a certos cidadãos verificarem que os autos de notícia levantados pela Guarda, tem obtido condenações eficazes em tribunal (com um menor prazo entre o levantamento do auto e a condenação), associadas às despesas financeiras que tem que suportar, no âmbito das suas defesas em tribunal e multas a pagar, de forma a evitar a ida para a prisão.

Em alguns bairros é preciso andar “*lá de pinças*”, com muita cautela, muito diálogo (quando possível) para evitar o risco de situações mais graves e também para evitar que determinadas situações provoquem inoperacionalidade nos nossos recursos (militares convalescentes e viaturas danificadas) devido a desordens públicas, porquanto a limitação de tais recursos compromete de imediato o normal funcionamento dos serviços em prol da segurança.

É importante em algumas situações mostrar “força”, muitos militares e viaturas. Mas cada vez mais o diálogo e o sentido de oportunidade (resolver a ocorrência de forma pronta e eficaz) são mais importantes. Nota-se por parte dos infratores individualmente quando detidos e/ou depois de condenados, que junto da Guarda assumem/reconhecem que estiveram mal, mas em grupo tal não acontece.

Apêndice A 5 – Entrevista nº4

Caraterização do Entrevistado:

NOME: Sandro Oliveira

POSTO: Capitão

FUNÇÃO: Cmdt Destacamento de Coruche

1. Caraterize os bairros problemáticos na sua Zona de Ação.

Dominantemente de etnia cigana, alguns deles com grande densidade de “barracas” e difíceis acessos de entrada e com maus pontos de vigilância.

2. Qual a relação da GNR com a generalidade das pessoas do (s) bairro(s)?

Uma relação fria, pois, 90% dos contatos têm a ver com detenções, notificações, contraordenações e/ou buscas.

3. Há ou tem havido algum tipo de incidentes com militares seus nessas zonas?

Sim. O mais grave resultou na morte de um individuo de etnia cigana a tiro por um militar e várias situações de confronto físico resultando escoriações.

4. Com que frequência o bairro é policiado?

Com bastante regularidade.

5. Como é que atua normalmente nessas zonas?

Operações inopinadas aos acessos dos bairros para desencorajar vendas de estupefacientes e sempre que possível através de mandados de detenção e/ou buscas.

6. Existe algum conhecimento do tipo de pessoas que habitam esses bairros? Como é obtido esse conhecimento?

Existe um conhecimento a nível de índole dos residentes, suas ocupações e referências a práticas de ilícitos. Igualmente se tem noção dos potenciais delinquentes, conhecimento este apoiado pelas escolas e CPCJ.

Os Programas Especiais do Destacamento integram as equipas das Escolas e CPCJ de modo a acompanharem a “evolução” dos mesmos.

7. Há algum acordo/trabalho conjunto com a Câmara Municipal, organizações ou outras entidades para prevenção/trocas de informação sobre a criminalidade?

Existe com a Câmara Municipal a troca de informações sobre que habita as “barracas”.

8. Há melhorias a fazer relativamente a estas situações?

Nada a referir

9. Como classifica o grau de segurança nesses bairros?

Como os bairros existentes estão isolados de outras habitações, a segurança da população não se equaciona pois os mesmos não passam por lá. Em relação à passagem nos bairros por militares, desde que seja em simples patrulhamento e não se abordar alguém com o intuito de repressão (independentemente da índole da repressão), as passagens são feitas sem incidentes. Caso contrário, há grande probabilidade de se gerar confusão com aglomerado de habitantes dos bairros, mas só em casos mais extremos se chega a vias de facto.

Apêndice A 6 – Entrevista nº5

Caraterização do Entrevistado:

NOME: Adriano Rocha

POSTO: Capitão

FUNÇÃO: Cmdt Destacamento de Felgueiras

1. Caraterize os bairros problemáticos na sua Zona de Ação.

Os bairros na zona são bairros constituídos por pessoas de etnia cigana em que o que foi feito foi deslocá-los do sítio onde estavam para ali. Estas pessoas viviam em barracas e depois foram-lhes dadas casa para eles viverem.

Estas pessoas vivem essencialmente de subsídios e não possuem trabalho.

2. Qual a relação da GNR com a generalidade das pessoas do (s) bairro (s)?

Má. A relação é má. Esta relação tem a ver essencialmente com a cultura das pessoas, elas foram ali colocadas e não lhes foi transmitida a forma de viver naqueles sítios. Não digo que devemos mudá-las completamente mas sim tentar integrá-las naquilo que á a forma de vida atual.

3. Há ou tem havido algum tipo de incidentes com militares seus nessas zonas?

Ultimamente não. O último incidente já se reporta a 2007/2008 no bairro D. João Paulo II. Nesta situação houve inclusivamente dois militares que ficaram sem a arma e depois houve uma ação rápida e em força da Guarda. Com isto fizeram-se umas buscas e detiveram-se os indivíduos, o que serviu para acalmar as pessoas.

4. Com que frequência o bairro é policiado?

Diariamente. Não digo que esteja uma patrulha o dia inteiro no bairro mas elas passam lá todos os dias.

5. Como é que atua normalmente nessas zonas?

Para além do policiamento temos duas ações que são encadeadas, uma que é utilizada as Forças de Intervenção Rápida através do Destacamento de Intervenção do Porto que essas forças vêm essencialmente patrulhar os bairros. Aparte disso há também

as operações de combate à criminalidade violenta e as PAO do destacamento que fruto do empenhamento diário e da recolha de informações nós direcionamos para os bairros. Por exemplo controlar quem entra e quem sai. Muitas vezes não visa o resultado numérico, mas o que se ganha é a presença, de autoridade, a imagem. Passar a mensagem que nós estamos atentos, pois o foco de instabilidade e os problemas partem destes bairros.

6. Existe algum conhecimento do tipo de pessoas que habitam esses bairros?

Como é obtido esse conhecimento?

Existe. Estão referenciados. Posso dar o exemplo que no final do ano passado, início deste, tivemos uma sequência de roubos. Era um conjunto de jovens, menores que começaram a roubar na escola, coisas pequenas e depois já estava a praticar o chamado “home jacking”. E estavam identificados. O problema por vezes é que é necessário fazer alguma pressão sobre o ministério público para que alguma coisa seja feita. E acabou por serem colocados em casas de correção.

Os problemas de criminalidade que existe neste destacamento são de dois âmbitos, ou provocados por outros indivíduos que pertencem a outras zonas de ação e se dirigem para aqui, devido às boas vias de comunicação, em que nós já temos as referências deles. Depois temos a nossa criminalidade do dia-a-dia, pelo “modus operandi”, pela maneira como fazem as coisas, os locais, são indivíduos que são sobejamente conhecidos e identificados por nós.

O problema é na obtenção de prova e também pelas leis penais. Muitas vezes pelo tipo de ilícito que cometem, pelas leis penais existentes e também pelo mau funcionamento da justiça, permite que eles até serem julgados cometam uma série muito extensa de ilícitos até que lhe seja colocado um fim. Muitas vezes esse fim é só com a prisão preventiva. Mas um indivíduo que cometa um crime pode ficar com o termo de identidade e residência, depois passa para as apresentações e só no fim de cometer uma série muito extensa de crimes é que lhe é aplicada a prisão preventiva. Mas até que ele chegue a este ponto já cometeu muitos ilícitos. São estes problemas que fazem com que se crie um sentimento de instabilidade de insegurança no seio da população.

Tenho um exemplo de três indivíduos que foram apanhados em flagrante delito a furtar uma residência, foram presentes a tribunal e nenhum deles ficou com nenhuma medida de coação sabendo que um deles tem uma pena suspensa de três anos e meio.

Assim estes indivíduos vão vivendo deste tipo de ilícito e todos os dias vão criando instabilidade.

7. Há algum acordo/trabalho conjunto com a Câmara Municipal, organizações ou outras entidades para prevenção/trocas de informação sobre a criminalidade?

Existe as chamadas CLAS que infelizmente ficam à quem do esperado. Quando se trata de jovens, normalmente vai havendo uma interação e as coisas vão funcionando. Esses jovens estão referenciados pela CPCJ, procura-se informação junto dos bairros, a Câmara agenda umas ações de sensibilização, a Guarda participa. Mas não passa disso. Dever-se-ia trabalhar no sentido de fazer um grupo conjunto da Guarda, instituições, autarquias e até cooperativas de empresários no sentido de ocupar estes jovens e ao longo dos tempos eles fossem aculturados para o mercado de trabalho. Há muita troca de informação, protocolos mas não há este acompanhamento, e na prática acontecem apenas umas ações de sensibilização.

Há troca de informação essencialmente com a CPCJ, jovens referenciados pela prática de crimes, muitas vezes referenciados por pertencerem a famílias desestruturadas, essa troca de informação há.

A Seção de Programas Especiais, tem um efetivo reduzido mas trabalham muito bem com as escolas, essencialmente 90% do trabalho realizado é com escolas. Neste momento já trabalham diretamente com o conselho diretivo das escolas naquilo que podem, sabendo que tudo passa pelo comandante, mas tratam de muita coisa diretamente com as escolas como é o caso do agendamento de ações de sensibilização.

Para além disso há uma boa troca de informação daquilo que se passa nas escolas e podem-se fazer trabalhos com as turmas mediante a informação que nos dão.

8. Há melhorias a fazer relativamente a estas situações?

Na minha opinião há melhorias a fazer. No fundo é aquilo que já foi dito. Quando são feitos os protocolos tudo é muito bom, mas depois para passar à prática é muito difícil e as instituições trabalham umas independentemente das outras. A Guarda pode querer trabalhar na questão preventiva e repressiva, outras instituições estão preocupadas com a questão social e até podem ter algumas informações que acabam por não passar. O que é certo é que não vamos à raiz do problema. O que se passa é que

sabemos que determinados indivíduos estão a dar problemas, é feito um processo eles vão a tribunal e são julgados. Ninguém trabalha, por exemplo, com os irmãos desses indivíduos que podem ter acompanhado e já estavam a aprender com eles. Estes por agora não são os problemas mas daqui a alguns anos vão ser eles o foco dos problemas. E ninguém os está a trabalhar e a encaminhar não há um trabalho de socialização, de aculturação, de educação, de sensibilização, para conduzir estas pessoas para aquilo que nós entendemos ser os comportamentos e atitudes corretas do dia-a-dia de um cidadão.

Daí deriva que muitas vezes com a idade e com a cultura do desrespeito com o próximo faz com que sejam os futuros criminosos.

Não há um programa a longo prazo. O que foi feito foi tirar as pessoas que moravam em barracas e coloca-las em casa. Acabou-se com o problema visual mas não houve a preocupação de os aculturar. Tudo dentro da cultura das pessoas, mas acompanhar as pessoas para elas perceberem as normas.

Acho que é nestes pontos que as instituições têm de ter um papel ativo.

9. Como classifica o grau de segurança nesses bairros?

Dentro do bairro não há problemas. Há é violência doméstica, agressões, mas contra o património não há.

No período diurno qualquer pessoas pode ir ao bairro, não tem qualquer problema. No período noturno é que pode ser mais difícil uma pessoa andar pelo bairro sem que nada lhe aconteça. O que acontece é que estas pessoas cometem os crimes fora do bairro e depois regressam.

Apêndice A7 – Entrevista nº6

Caraterização do Entrevistado:

NOME: Mário Martins

POSTO: Tenente

FUNÇÃO: Cmdt Destacamento de Setúbal

1. Caraterize os bairros problemáticos na sua Zona de Ação.

São bairros aparentemente normais, em que o índice de criminalidade não é muito alto, alguns furtos em interior de residência. Mas são casos pontuais. Em termos de bairros problemáticos, não temos nada de mais a referir. Apenas que são bairros de construção modesta e as pessoas que lá vivem têm poucas posses.

2. Qual a relação da GNR com a generalidade das pessoas do (s) bairro(s)?

Boa. Não existe notícia de haver grandes crispações. É claro que bairros onde já muita gente lê foi detida as pessoas ficam mais chateadas quando nós lá vamos, mas de uma maneira há uma aceitação dos militares nos bairros.

3. Há ou tem havido algum tipo de incidentes com militares seus nessas zonas?

Não. De uma maneira geral não. Se houver, não tem a ver com o bairro mas somente com um habitante ou outro.

4. Com que frequência o bairro é policiado?

Diariamente.

5. Como é que atua normalmente nessas zonas?

De maneira geral a patrulha faz o patrulhamento, observando e recolhendo informações.

Atuações mais musculado não tem sido necessário.

6. Existe algum conhecimento do tipo de pessoas que habitam esses bairros? Como é obtido esse conhecimento?

Nestes bairros há alguma limitação de recursos, e para se obterem esses recursos eles podem passar pelo tráfico de estupefacientes, ou roubos. De uma maneira geral eles estão referenciados.

7. Há algum acordo/trabalho conjunto com a Câmara Municipal, organizações ou outras entidades para prevenção/trocas de informação sobre a criminalidade?

Começando desde logo com a Seção Programas Especiais do destacamento com algumas ações de sensibilização nas escolas para os problemas.

Em termos da Câmara municipal existe o Conselho Local de Ação Social desenvolvem ações mas não estão relacionadas com a criminalidade, é mais ação social.

8. Há melhorias a fazer relativamente a estas situações?

Sim quanto mais pensarmos em trabalhar em conjunto para um bem comum e deixarmos de segurar informação, aí sim podemos melhorar. E Aqui temos verificado isso.

9. Como classifica o grau de segurança nesses bairros?

Normal.

Apesar de referenciados como bairros problemáticos já falei com os CMDT de posto se realmente consideramos aqueles bairros como problemáticos ou não. Ali são mais bairros sociais, mas calmos.

Apêndice A8 – Entrevista nº7**Caraterização do Entrevistado:****NOME:** Emanuel Massa**POSTO:** Tenente**FUNÇÃO:** Cmdt SubDestacamento de Alcabideche**1. Caraterize os bairros problemáticos na sua Zona de Ação.**

Dos bairros que temos há a destacar duas coisas: há bairros só sociais e bairros que em parte são sociais e em parte são de habitações de custo controlado. O que é que se passa, é o Bairro da Cruz Vermelha e o Bairro de Alcoitão.

São dois bairros problemáticos de habitação social, tipicamente habitação social, que diferem muito nas suas caraterísticas.

O bairro da cruz vermelha é um bairro constituído por duas faces, uma que pertence à Câmara e outra que pertence à Santa Casa da Misericórdia, mas ambos são bairros sociais. São ocupados essencialmente por pessoas de origem africana e que trabalham nas obras, como cantoneiros, no fundo nos serviços. Este bairro tem dado alguns problemas, não é da população toda como é óbvio, é de certos elementos que dão má fama e que criam problemas.

O bairro de Alcoitão é também um bairro pequeno em altura, com três quatro andares, este já não são só minorias, também tem nacionais a residir nesse bairro e a generalidade das pessoas trabalha essencialmente na construção civil, cantoneiros, não foge desse âmbito.

O Bairro da Adroana é um bairro mais sossegado e tem uma parte bairro social e outra parte habitação de custos controlados. Esta habitação de custos controlados são algumas residências feitas em protocolo entre a Câmara e algumas cooperativas que parte dos fogos são para habitação que por assim dizer são “low cost”. Este bairro tem muita população guineense, na parte dos custos controlados são pessoas nacionais que têm algum poder de compra, não muito mas têm algum poder de compra. No fundo são casas mais baratas e que as pessoas não deixam de pagar.

2. Qual a relação da GNR com a generalidade das pessoas do (s) bairro (s)?

Existe uma boa relação, na generalidade é claro. Isto porque a maioria das pessoas que reside nestes bairros são pessoas de bem, são pessoas que têm o seu trabalho, saem cedo e chegam tarde. No entanto há famílias problemáticas, não trabalham, não têm qualquer vínculo profissional e portanto vivem um pouco da ilicitude e os filhos são o principal foco. Focos de problemas criminais, focos de tráfico de droga, furtos qualificados em interior de residência ou estabelecimentos, roubos em estabelecimentos, roubos a taxistas. Essencialmente é esta a vertente. Estes indivíduos criam um sentimento de anarquia dentro do bairro e faz com que algumas pessoas não confiem tanto na Guarda ou por medo ou por descrença. Na globalidade as pessoas vêm a Guarda como uma boa força e como uma ajuda e querem ver a Guarda no bairro.

3. Há ou tem havido algum tipo de incidentes com militares seus nessas zonas?

Não

4. Com que frequência o bairro é policiado?

Os bairros são patrulhados diariamente. Tirando as situações obrigatórias, quando há homicídios, roubos, furtos e outras situações, quando há tempo livre entre os incidentes, a patrulha faz questão de passar sempre por lá. Isto na ânsia de encontrar estes indivíduos que são o foco da criminalidade. Estes indivíduos furtam casas em Alcabideche, também Cascais, Estoril, Carcavelos, Parede e levam as coisas para algum lado e muitas das vezes levam consigo para dentro do bairro. As patrulhas estão sempre dispostas e ativas no sentido de encontrar os indivíduos com o produto do ilícito. Que tem sido feito, temos conseguido encontrar suspeitos e relacioná-los com processos na área da PSP.

5. Como é que atua normalmente nessas zonas?

Nós somos um escalão inferior. As operações de grande envergadura são planeadas pelo Destacamento, que já foram efetuadas. Mas nas pequenas coisas, que já cabem no nosso espectro temos feito fiscalizações a estabelecimentos dentro dos bairros, porque há estabelecimentos que estão manifestamente ilegais e tem de ser feita

alguma coisa e porque estes locais também são focos de problemas, portanto tem sido feita a fiscalização de estabelecimentos. Têm sido feitas também fiscalizações de trânsito, dos percursos dos habitantes para o interior ou exterior dos bairros. Porque há alguns que estão também em situação irregular em termos de contraordenações de seguros e inspeções. Buscas têm sido feitas no âmbito de processos.

6. Existe algum conhecimento do tipo de pessoas que habitam esses bairros? Como é obtido esse conhecimento?

Sim. Obviamente existe. Jovens que estão referenciados pela prática dos crimes. Alguns que estão a enveredar por esse caminho, mas já são outros procedimentos relativos à Lei tutelar educativa. Mas o que temos observado é que temos referenciado pela prática de crimes. Posso referir que em Alcoitão temos oito referenciados e desses, quatro estão em prisão preventiva e para os restantes estamos á espera do final do processo. Na Adroana é um bairro calmo, não há ninguém referenciado.

7. Há algum acordo/trabalho conjunto com a Câmara Municipal, organizações ou outras entidades para prevenção/trocas de informação sobre a criminalidade?

Existem entidades Camarárias e entidades privadas de solidariedade que estão a fazer esta prevenção da criminalidade.

8. Há melhorias a fazer relativamente a estas situações?

Tem sido feito um bom trabalho. E de algum modo tem tido bons resultados. Nota-se que esta faixa de jovens delinquentes, que é uma faixa que está a ser estanque, e que daí para baixo não se tem notado nada. Por norma os mais velhos ensinam aos mais novos e não se tem notado o surgimento desta faixa mais nova a surgir, pelo menos por enquanto. O objetivo destas instituições é tirar os jovens deste meio e dar-lhes uma ocupação, para não se deixarem enveredar por esse caminho.

9. Como classifica o grau de segurança nesses bairros?

Os bairros já tiveram fases conturbadas, mas isso é passado. No presente, as patrulhas andam lá sem problemas, há por vezes uns apedrejamentos mas é muito raro.

Já tivemos patrulhas apeadas dentro dos bairros. O giro dessas patrulhas era mesmo passar só nos bairros. Estamos a falar de patrulhas diurnas e nunca houve problemas.

Este à vontade de andar nos bairros tem a ver com a presença da Guarda nos bairros, marcando posição. Não havendo esta situação, cria o sentimento de anarquia dentro dos bairros e também o descrédito da Guarda dentro dos bairros. Se lá passarmos mostra que a Guarda está presente e as pessoas mais facilmente podem comunicar connosco.

Nestes bairros há estes pequenos grupos que fazem com que os habitantes vivam amedrontados e que dão má fama aos bairros, criam problemas ao bairro e se a Guarda não desenvolve nenhuma ação faz com que estes grupos ganhem força. Na população há o sentimento de impunidade porque eles estão na zona, no fundo dominam a zona e se a Guarda não domina o bairro eles ganham força e ganham o domínio e mexem com o bairro e controlam o bairro.

As situações de apedrejamento têm a ver com jovens referenciados no âmbito de flagrantes delitos e de processos. Já aconteceu haver um indivíduo a fazer chamadas para o posto no sentido de atrair a patrulha para o bairro e assim mostrar o sentimento de revolta.

